



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

KA
Ba
H

**PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO,
REALIZADA EM VINTE E SEIS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS. -----**

----- ATA NÚMERO UM -----

Aos vinte e seis dias de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, realizou-se na sua sede, sita Rua Almirante Cândido dos Reis, número 12, na Sala da Assembleia Municipal de Montijo, a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montijo, sob a presidência da sua presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Amélia Macedo Antunes, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Pedro Rafael Pereira Reis Carromeu e Isabel Maria de Almeida Lourenço Travessa, respetivamente Primeiro e Segundo Secretários. -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, cumprimentou o senhor Presidente da Câmara Municipal, a Vereação, os senhores Deputados Municipais, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e o público presente.

Efetuada a chamada para a verificação das presenças, além dos mencionados, foram registados os seguintes **Deputados Municipais**: **PS** – Maria Fernanda Pereira Fernandes, José António Rocha Caria, Fernando Coelho e Alcídio Torres de Carvalho. **CDU** – Francisco José Cunha do Rosário Salpico, Avelino dos Santos Antunes, Vítor Balegas, José Manuel Rosa Ferra, Mário Manuel Rocha Baliza Leonardo e Ana Catarina Jimenez. **PSD** – Ana Filipa Mota, Sérgio Vasco, Alfredo Rodrigues, Francisco Cordeiro, Pedro Caria Lopes e Nadine Balasteiro. **BE** – Cipriano Pisco. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA Per
27

Foram ainda registados os seguintes **Presidentes de Junta ou substitutos**: -----

União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro – José Manuel Santos, (PS);

União das Freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro/Jardia – Luís Miguel da Silva Morais (PS); **União das Freguesias de Pegões** – António Francisco Ferreira Miguéns (PS) **Junta de Freguesia de Canha** – Armando Cardeira Piteira e **Freguesia de Sarilhos Grandes** – Maria Estevão Pereira (CDU). -----

Faltou justificadamente o **Presidente da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro** – Fernando Caria (PS). -----

Faltou justificadamente o **Presidente de Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes** – Joaquim Batalha (CDU). -----

Faltou justificadamente o senhor **Deputado Municipal** – Ricardo Caçoila (BE). --

Solicitou **substituição do mandato**, que foi apreciado e aceite pela Assembleia Municipal nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro: -----

Deputados Municipais

Sabina Pereira (CDU), tendo sido substituída pelo Deputado Municipal, Vítor Balegas. -----

João Figueiredo (PSD), tendo sido substituído pela Deputada Municipal, Nadine Balasteiro. -----

Maria do Carmo Guia (PSD), tendo sido substituída pelo Deputado Municipal, Pedro Caria Lopes. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA P
H

A **Câmara Municipal** esteve **representada** pelo senhor **Presidente**, Nuno Ribeiro Canta. Presentes também os senhores **Vereadores**: Carlos Jorge Antunes de Almeida (CDU), João Paulo Dinis (PSD), Ana Isabel Leonardo Baliza (CDU), Pedro Nuno da Silva Vieira (PSD) e Maria Clara de Oliveira da Silva (PS) e Francisco dos Santos (PS). -----

Seguidamente, a Senhora Presidente, abriu o período destinado à intervenção do público, de acordo com o artigo 32º do Regimento da Assembleia Municipal de Montijo. O público presente não interveio. -----

Seguidamente, submeteu-se à aprovação as atas, tendo as mesmas obtido as seguintes deliberações: -----

Ata n.º 7 de 16 de outubro de 2015

Aprovada por unanimidade.

Ata n.º 8 de 20 de novembro de 2015

Aprovada por unanimidade.

Ata n.º 9 de 23 de novembro de 2015

Aprovada por unanimidade.

Ata n.º 10 de 03 de dezembro de 2015

Aprovada por unanimidade.



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA E
H

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberto o período

ANTES DA ORDEM DO DIA

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, apresentou um **VOTO DE PESAR**, pelo falecimento do **Doutor António Almeida Santos**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“Faleceu no dia 18 de janeiro, o Doutor António Almeida Santos, democrata, republicano e laico, advogado, um dos maiores políticos portugueses. Um combatente desde sempre pelos valores da democracia. -----

António Almeida Santos fez os seus estudos na universidade de Coimbra, onde se licenciou em Direito. Foi em Coimbra que iniciou a sua participação política, de oposição à ditadura, ao apoiar a candidatura do General Norton de Matos à Presidência da República no ano de 1949. -----

Ilustre Advogado, inicia a sua carreira em Lourenço Marques, atual Maputo, Moçambique, onde desenvolve relevante atividade na defesa dos presos políticos. Paralelamente, atua cívica e politicamente. Foi o representante em Moçambique da Candidatura do General Humberto Delgado, em 1958. -----

O seu regresso a Portugal ocorre em 1974 e a partir de então desenvolve uma notável atividade política e de serviço público. Desde logo com a sua participação, como Ministro nos Governos Provisórios do I ao IV. -----

Nos Governos Constitucionais foi Ministro da Justiça, no I; Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro, no II; Ministro de Estado e dos Assuntos Parlamentares no IX.



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AS
B
S

O Doutor António Almeida Santos foi candidato a deputado pelo Partido Socialista na I legislatura, em 25 de abril de 1976, sendo sucessivamente reeleito até à IX legislatura. -----

Foi eleito Presidente da Assembleia da República em 1995, e reeleito em 1999, cargo que ocupou até 2002. Membro do Conselho de Estado desde 1985. -----

Tribuno invulgar, atento e atencioso, de enorme simpatia, cultivava afetos e amizades. Conhecedor profundo da história, da filosofia, do direito e da vida. Mestre e cultor da língua portuguesa. Um legislador profícuo, atuante, com uma participação determinante na 1ª e 2ª Revisão Constitucional. -----

Foi a luta que travou contra a opressão, sempre pelos valores da liberdade, da democracia, da república, fizeram dele um dos políticos mais cotados, influentes e respeitado da nossa democracia. E também o mais ativo legislador do nosso regime democrático. -----

Ao longo da sua vida publicou dezenas de livros, quer de cariz jurídico, quer político, mas também a poesia. -----

Foi Presidente do Partido Socialista, ao qual aderiu em 1977, de 1992 a 2011. Presidente Honorário desde 2011 até à sua morte. -----

O legado cívico, jurídico e político de António Almeida Santos ficará para sempre inscrito na memória do nosso País e na História da nossa Democracia Constitucional. -----

Este Voto de Pesar é uma sentida Homenagem da Assembleia Municipal do Montijo, a esse seu legado.” -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
E
7

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, submeteu o supracitado **Voto de Pesar** à votação da Assembleia Municipal, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

A Assembleia Municipal, nomeadamente as bancadas do PS, CDU, PSD e BE, apresentaram um **VOTO DE PESAR, pelo falecimento de Emídio Tobias**. Assim, em representação a senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes**, no uso da palavra, disse: -----

“É com pesar que recordamos Emídio Tobias, que os montijenses viram partir e acompanharam as cerimónias fúnebres. -----

Foi um homem admirável senhor de múltiplos talentos, sempre ao serviço da sua terra. Um homem generoso e amigo, amigo das pessoas e da terra – o Montijo, que teve sempre no coração. -----

Viveu uma vida grande. -----

Deixa um legado de saudade profunda. -----

À família, aos amigos e aos conterrâneos deixamos sentidas condolências.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, submeteu o supracitado **Voto de Pesar** à votação da Assembleia Municipal, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO MONTIJO, EM HOMENAGEM AOS FALECIDOS, FEZ UM MINUTO DE SILÊNCIO. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
ch

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, leu uma **SAUDAÇÃO**, alusiva aos **Suicultores**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“Saudamos a luta dos suicultores em defesa do escoamento e de um preço justo à produção e da produção nacional, cujo peso económico e social é relevante no nosso concelho onde se realiza na cidade de Montijo a Feira Nacional do Porco. -----

Basta de encerramentos de explorações pecuárias e agrícolas que a verificar-se mais arrastam consigo mais problemas económicos e sociais e menos soberania alimentar. -----

A grande cadeia de distribuição alimentar, violando a Constituição da República Portuguesa nomeadamente no seu artigo 80º - *Princípios fundamentais* e artigo 81º - *Incumbências prioritárias do Estado*, põe em causa o escoamento da produção nacional, esmaga em baixa o preço com prejuízo para os produtores e para o interesse nacional. -----

Estamos perante à semelhança do setor financeiro de uns novos donos disto tudo, pelo que se impõe uma nova legislação e regulamentação no respeito pelo incumprimento da Constituição da República e pela defesa dos produtores e do interesse nacional.” -----

Ainda na continuação do uso da palavra, o senhor Deputado Municipal, leu uma **DECLARAÇÃO POLÍTICA**, intitulada “**Assim não vale Sr. Presidente**”, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“Vem a talha de foice o título desta intervenção devido a um conjunto de afirmações do senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

Afirmou o senhor Presidente em sessão de câmara com eco na comunicação

AA
↓



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

regional que tinha dado ao atual governo a sugestão da vinda do metro à superfície até ao concelho do Montijo, no âmbito da construção do aeroporto na Base Aérea nº 6, como se tratasse de algo novo! -----

Teve falta de memória, equivocou-se ou fez a política do cuco, pois como é sabido a 3ª fase da expansão do metro à superfície da Península de Setúbal aos concelhos de Montijo e Alcochete é parte integrante do plano estratégico da Península de Setúbal, já há vários anos apresentado aos governantes deste país. Ao contrário do que diz a canção *“sei lá, sei lá, quem é o pai da criança”* este projeto do metro à superfície até ao concelho do Montijo e Alcochete, já tem paternidade que é a Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal. -----

Afirmou e escreveu o senhor Presidente que as rendas dos comerciantes inquilinos da câmara Municipal iriam ser congeladas, mas o que aconteceu e nomeadamente aos inquilinos do Mercado Municipal foi o aumento das rendas, revelando uma amnésia política preocupante. -----

Afirmou o senhor Presidente da Câmara numa sessão pública em Sarilhos Grandes, quando questionado por um morador de Sarilhos Grandes para quando a ligação rodoviária à freguesia de Sarilhos Pequenos através do alargamento da ponte existente, respondeu V. Exas, que era assunto que iria ser tratado. -----

Como é do conhecimento público, foi situação que foi discutida com grande envolvimento das populações e de forma até bastante calorosa, tendo a Câmara Municipal da Moita se disponibilizado a realizar e a custear o alargamento da ponte, de modo a poder passar uma viatura, o que não se concretizou devido à posição tomada pela Câmara Municipal de Montijo impedindo a realização da referida obra que tinha o apoio das populações e das Juntas de Freguesia de



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
VH

Sarilhos Grandes e Sarilhos Pequenos. -----

A questão que se coloca é saber se o senhor Presidente da Câmara na altura Vice-Presidente tem hoje uma posição diferente da que teve, e reconhece dessa forma o erro e a atitude anticivilizacional que foi cometida, se é assim é salutar a sua mudança de atitude ou se estamos novamente perante uma nova amnésia política, sobre o acontecimento, como se tratasse de um pseudo facto novo. ----
Impõe-se cada vez mais a necessidade de se pôr fim a esta política autárquica, iniciando um novo ciclo com políticas integradas e harmoniosas ao serviço da população, como é apanágio da CDU e bem visível na Península de setúbal.” -----

A senhora **Deputada Municipal – Ana Filipa Mota (PSD)**, no uso da palavra, leu uma **DECLARAÇÃO POLÍTICA**, intitulada **“Como se encontra o ensino profissional no Montijo?”**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“O Ensino Profissional do Montijo encontra-se ávido de apoio, a viver um período conturbado, de tal forma que já são muitos os que questionam acerca da sua continuidade num futuro próximo. -----

Tendo em conta que o senhor Presidente da Câmara Municipal do Montijo continua a assumir que a Educação e a Escola Pública são uma prioridade política do seu mandato, não se entende porque a Escola Profissional do Montijo continua a passar por problemas de liquidez que comprometem o cumprimento atempado dos seus compromissos perante os funcionários e fornecedores. -----

A AFPDM (Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo) nasceu em outubro de 1991 e trouxe com ela a possibilidade dos nossos jovens ingressarem num ensino profissional qualificado no concelho do



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

KA
H

Montijo e limítrofes. Ao longo de cada ano letivo tem aumentado o número de estudantes que desejam frequentar um curso na AFPDM/EPM, o que tem possibilitado aumentar o número de turmas/formandos. -----

A APFPDM/EPM, apesar de numa primeira fase ter concluído a construção de umas instalações com 13 salas, 12 salas para pequenos grupos, 1 oficina, 1 laboratório, espaços de apoio, sala de formadores, refeitório e sala de convívio, continua a necessitar de apoios para acabar de pagar este investimento e para iniciar o polo oficial que ficou para uma segunda fase, no valor de cerca de 1.000.000€. Este investimento é fundamental para consolidar o projeto da Associação que assim ficaria dotada de condições permanentes para a formação prática, fundamental para que os seus utentes possam vir a adquirir novas competências em áreas de empregabilidade reconhecidas no concelho. -----

Convém ressaltar que o ensino profissional tem vindo a assumir um papel fundamental na economia nacional, e do concelho, pois esta vertente educacional vem colmatar o desajuste entre as qualificações proporcionadas pelos sistemas de educação e formação, e as competências requeridas pelo mercado de trabalho. -----

Estamos a falar de áreas cruciais para o desenvolvimento do nosso concelho perante as quais nada se tem feito! -----

Se a recetividade por parte dos jovens e formandos é boa, reconhecendo a qualidade e utilidade desta escola no nosso concelho, então porque é que a Câmara Municipal do Montijo não apoia mais esta vertente de ensino? -----

Será que o apoio tarda porque a Câmara Municipal do Montijo não quer contrair mais empréstimos de médio e longo prazo? -----

Ou será que o apoio tarda porque a Câmara Municipal do Montijo não



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
P
M

considera este órgão como fundamental para a área educacional? -----

Ou será ainda que existe falta de coordenação e vontade política entre os órgãos dirigentes AFPDM/EPM e a Câmara Municipal do Montijo? -----

O que deverá ser feito para que esta tão importante vertente educacional não se perca, e qual é o papel da Câmara Municipal perante as atuais adversidades que a APFDM/EPM enfrenta? -----

Quando na verdade se diz que a Câmara Municipal do Montijo não contraiu mais empréstimos isso é verdadeiramente uma realidade, mas falta acautelar que não pede financiamentos porque não existe projeto político para tal. Logo, é com o lamento e pesar dos munícipes que este é só mais um facto que constata que nada se tem feito no Montijo, estamos insolventes de operação. – É então que surge a mais dolorosa das questões: Como é que se pode descurar assuntos tão significativos na génese de crescimento deste concelho? Questionamos também o Partido Socialista que tem sido um arauto da Escola Pública no Montijo como é que na vossa visão de governo, é possível dinamizar um Concelho com este nível de negligência?” -----

A senhora **Deputada Municipal – Isabel Travessa (PS)**, no uso da palavra, leu uma **DECLARAÇÃO POLÍTICA**, intitulada “**Em defesa de uma saúde de proximidade**”, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“A extensão do Centro de Saúde em Santo Isidro de Pegões reabriu a 20 de janeiro, cerca de três meses depois de ter sido encerrada pelo Executivo PSD/CDS-PP. Em nome dos esforços de reorganização e melhoria dos serviços responsáveis pelos cuidados de saúde primários, criou-se com esta decisão de encerramento – que já se temia há algum tempo - mais uma flagrante situação



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
h

de desigualdade no acesso à saúde e de abandono das zonas do Interior do nosso concelho. -----

A União de Freguesias de Pegões é uma freguesia rural e afastada da sede de concelho. Sendo parte desta freguesia, Santo Isidro tem uma população ainda dispersa pelo território que é predominantemente idosa e, conseqüentemente, mais desprotegida, que tem vindo a perder vários serviços. O Centro de Saúde foi a última 'machadada'. Ainda hoje não se percebe o racional desta decisão de encerramento. -----

O Executivo Municipal, que tem vindo a dar prioridade aos serviços de proximidade e à melhoria da qualidade de vida no Concelho, desde logo se mostrou contra esta decisão e desenvolveu todas as diligências para a reabertura do Centro. E foi graças aos seus esforços e empenho, assim como da União das Freguesias de Pegões, e à disponibilidade do novo Ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, e do Governo do Partido Socialista, que Santo Isidro voltou a ter o seu centro de saúde a funcionar. Os cerca de 700 utentes podem agora contar de novo com serviços de saúde de proximidade. -----

Na defesa dos interesses da população do Montijo, a Bancada do PS e o Executivo Municipal estão ainda determinados a desenvolver todos os esforços para garantir a manutenção das urgências básicas no Hospital do Montijo. Não se percebe que este serviço possa estar em risco, na sequência do despacho 13472 de 2015 de 20 de novembro último, da responsabilidade do anterior ministro da Saúde, que coloca a sua manutenção na dependência de "orientação" da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo. -----

Da parte do atual ministro da Saúde, existe já a garantia de que não haverá nenhuma decisão sem a Autarquia ser consultada. Acresce que continua em

AM
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vigor o protocolo assinado a 24 de fevereiro de 2007 entre a Câmara do Montijo e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo que garante o funcionamento da urgência básica. -----

Dar prioridade às pessoas é central nas estratégias do PS e do atual Governo. O que implica proporcionar a todos as mesmas oportunidades e garantir a mesma igualdade de acesso. Em defesa do Estado Social e de um Serviço Nacional de Saúde sustentável, eficiente e de qualidade, é um compromisso que vamos continuar a honrar.” -----

O senhor **Deputado Municipal - Cipriano Pisco (BE)**, no uso da palavra, colocou algumas questões, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal: -----

“Relativamente à reunião realizada entre o senhor Presidente da Câmara e o senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, se foi colocada a situação de degradação sobre a Estrada Nacional nº 4 e se obteve alguma informação/resolução sobre o planeamento desta estrada. -----

Pretendia saber qual o motivo dos semáforos novos, existentes entre a rotunda da Praça de Touros e a rotunda da Água, não estarem a funcionar, uma vez que a Câmara Municipal investiu um conjunto de verba a pedido de alguns moradores. O que se passa concretamente? -----

Em relação à declaração política do PSD, sobre a Escola Profissional, se a escola está com défice de um milhão de euros, porque é que na Câmara Municipal os vereadores do PSD ou na Assembleia Municipal a bancada do PSD, não apresenta uma Recomendação, para pedir um empréstimo de um milhão de euros, para resolver o problema da Escola Profissional. Gostaria que a bancada do PSD, me desse uma explicação concreta e objetiva.” -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
P
H

A senhora **Deputada Municipal – Ana Filipa Mota (PSD)**, no uso da palavra, em resposta ao senhor Deputado Municipal do BE, disse: “O que se constata é que, a Escola Profissional, neste momento, segundo se consta, está com problemas de liquidez, não disse qual era a ordem dos problemas de liquidez, não disse ordens de grandeza. O que foi dito, foi que fizeram as instalações e que estão a pagar esse investimento, também não disse de quanto, e disse que necessitavam de apoio para a 2ª fase desse investimento, que ronda um milhão de euros, porque não têm capacidade para o fazerem neste momento e necessitam de fazer o polo com oficinas.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Mário Baliza (CDU)**, no uso da palavra, leu uma **SAUDAÇÃO**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“Nos dias 26 e 27 de fevereiro 2016, realiza-se 13º Congresso da CGTP – Intersindical no Complexo Municipal dos Desportos da Cidade de Almada, que daqui saudamos na certeza que será mais um marco importante na defesa dos trabalhadores e do País, que decorre com o lema: *Organização, Unidade e Luta – A força dos trabalhadores. Emprego com direitos, Soberania e Progresso Social.*” -----

O senhor **Deputado Municipal – Alfredo Rodrigues (PSD)**, no uso da palavra, leu uma **DECLARAÇÃO**, intitulada **Mercado e Mercadores**, cujo teor se transcreve; -
“Hoje lembrei-me que o senhor Presidente Nuno Canta salientava na inauguração do Mercado Municipal que “*A realização de um projeto com este exigiu esforço, trabalho, coragem e determinação de muita gente. Agora estão*



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA
H

criadas as condições para fazer deste espaço um grande polo cultural, turístico e económico que atraia as pessoas e contribua para a dinamização comercial do espaço público no centro da cidade.” -----

Vai daí -----

Vários produtores locais estiveram, igualmente, no Mercado Municipal a promover os seus produtos regionais. -----

Para encerrar em festa, da parte da tarde, decorreu um animado baile popular com o grupo Quatro por Quatro e a atuação do Grupo Coral e Etnográfico de Brinches. -----

Mostram-se entre outros, vários produtos regionais. -----

Será que hoje podemos comprar esses produtos no dito mercado? Existiu uma verdadeira cooperação no sentido de desenvolver o mercado realmente? Ou faltou qualquer coisa? -----

Constou-me que a Escola Profissional está a vender produtos diretamente do produtor e a distribuir cabazes nas suas instalações. Pergunto se uma colaboração incentivada pelo município (parceiro da escola e detentor do mercado) entre essa entidade e os comerciantes, não seria benéfica para ambas as partes? São medidas avulsas, atrás de medidas avulsas e os resultados assim são diminutos. -----

A venda ambulante de produtos em várias rotundas e a abertura (em troca de arruamentos) de mais superfícies comerciais praticamente no centro da cidade está a beneficiar o investimento feito no mercado com o dinheiro dos impostos de todos os montijenses? -----

Sendo que todos devem ter o seu espaço, será que essas condicionantes são previstas ou basta receber umas ruas ou uns metros de alcatrão para se decidir,



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sem precaver situações desfavoráveis? -----

Porque razão está o Mercado vazio como demonstram as fotos que aqui lhe posso mostrar com 50% de bancas vazias? -----

Existe pelo menos, falta de uma estratégia aglutinadora e orientada de recursos e de uma dinamização permanente e bem direcionada. Caso para dizer que: Correm a todos os tiros, mas não caçam nada, (em sentido figurado como é evidente) como diz o nosso povo. -----

Este desnorte está patente inclusive nas críticas manifestadas em artigos publicados recentemente em vários órgãos de informação, vindos do interior do PS Montijo, prova que algo vai mal no reino do senhor presidente Nuno Canta. O senhor dá muita música aos montijenses, mas não está a conseguir dar vida, à vida da nossa terra. -----

As suas poucas iniciativas de vulto, definham a olhos vistos abandonadas ao correr dos tempos sem serem acarinhadas, acompanhadas e desenvolvidas. ----

O mercado desertifica-se por falta de uma mudança de paradigma de exploração, como o PSD reivindicou aqui nesta bancada por várias vezes e o senhor não soube ouvir. O parque municipal ferido de morte espera pela ressurreição, não se sabe quando nem como. O antigo Cais dos Vapores quase abandonado, mendiga pelo menos uns pobres baldes de tinta e a antiga estação dos comboios suspira possivelmente pelo Metro olhando para os testemunhos do abandono de Montijo, o comércio local agoniza na sua luta pela sobrevivência e cada vez mais sofre as consequências nefastas da sua gestão, etc. -----

Os túneis, os metros, etc, etc, ... não são mais do que foguetes que acompanham a sua música, música essa que se cala quando é confrontado com



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
H

a realidade, aí a cantiga é outra, os promotores que o façam que eu só canto e faço de conta. Como se nota, nos projetos que estão a ser reivindicados junto dos promotores do eventual Aeroporto Complementar de Lisboa, na Base de Montijo, cuja falta de assinatura do protocolo por recusa de Vossa Excelência e com o aprofundamento dos estudos pelos seus camaradas do atual governo do PS, oxalá não vos vá sair cara. -----

É muito pouco e muito pequenino, senhor Presidente. -----

Temos tido em si possivelmente um excelente “animador cultural” mas, não temos tido seguramente o Presidente de excelência que o Montijo merecia. -----

Uma estratégia de crescimento económico, turístico, cultural e urbanístico, faz falta a Montijo. Deixe lá os mercadores quinhentistas e aproveite e dinamize o Montijo e o Mercado. Os mercadores e o povo agradecem.” -----

O senhor **Deputado Municipal – José Caria (PS)**, no uso da palavra, leu uma **Declaração**, intitulada, **“Concelho de Montijo – Vivo, em movimento, em progresso”**, cujo teor se transcreve; -----

“No concelho de montijo (circunscrição municipal de território e pessoas) Câmara Municipal e Assembleia Municipal tem vindo a pugnar pela prossecução dos direitos legítimos, interesses legalmente protegidos e justas aspirações das pessoas, das populações. -----

O grupo municipal do PS na assembleia Municipal do Montijo observados, considerados e avaliados planos, programa, projetos, ações e medidas materializadas no município (mandato 2013/2017) por decisões e deliberações do executivo Municipal do PS e da Assembleia Municipal do Montijo (Presidência e Mesa PS), entende afirmar e deixar registado em ata aspetos,



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H

situações e factos que considera destacar do bom exercício dos órgãos do município (apesar do enquadramento e contexto nacionais sucessivos de limitações, constringões, restrições nos últimos quatro anos, quer na ação dos órgãos do município, quer na vida das populações) em áreas como a área económico/financeira, social e educativa, cultura e desporto, território e ambiente. -----

Tal declaração e afirmação, para registo, encontra motivação e fundamentação nas positivas realizações, ações, iniciativas do Executivo Municipal do PS, mas também nas tentativas de alguns autarcas, “lobbies” locais e grupos de interesses (minoritários em sufrágio eleitoral) pretenderem “fazer passar” uma mensagem de um concelho não vivo, não progressivo, de inércia, imobilismo, marasmo, bem como de desvalorização, subestimação e até mistificação e tergiversação dos planos, programas, projetos, ações e medidas do executivo Municipal do PS para o território e para as pessoas – com algumas correspondentes deliberações da Assembleia Municipal do Montijo, junto das pessoas, munícipes e cidadãos, por ventura não tão atentos, nem tão participantes (apesar de informados). -----

Assim sendo, entendemos destacar (embora não exaustivamente): -----

Na reunião de câmara de 19 de março 2014, o executivo municipal votou por unanimidade uma proposta de fomento e instalação de atividades económicas associadas à edificação em espaço agrícola e florestal. Em causa estava a alteração dos artigos 31.º, 32.º e 36.º do Plano Diretor Municipal de Montijo, de modo contornar os constrangimentos existentes no licenciamento de estufas e unidades agropecuárias. -----

O Município de Montijo atingiu o primeiro lugar no distrito de Setúbal no índice



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
P
M

de Transparência Municipal, sendo o terceiro melhor município ao nível da área Metropolitana de Lisboa. -----

O município transitou de 2015 para 2016 sem dívidas a curto prazo a empreiteiros e fornecedores; o município não apresenta atrasos nos pagamentos, nem pagamentos em atraso. -----

A 20 de janeiro de 2016, reabriu portas, por ação e diligências do Executivo Municipal, a extensão do Centro de Saúde em Santo Isidro de Pegões após ter estado encerrada em outubro. -----

A procura turística em Montijo disparou entre 2013 e 2014 para números muito superiores à média nacional, registando um crescimento de 77%, de acordo com os dados apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE): -----

Temos acordos com todas as freguesias e uniões de freguesias. -----

A candidatura do projeto KONT'@arte à 6ª Geração do Programa escolhas, para o triénio 2016 a 2018, foi uma das 88 candidaturas aprovadas, num universo de 247 candidaturas ao nível nacional, com um financiamento anual previsto de 65.100,00€. -----

Estão formalizados, assinados e homologados e publicados ACEEPs (201/01/2016) resultantes de negociação coletiva, concertação e acordo com os trabalhadores municipais. -----

Estamos a intervir no “ecossistema maduro” que é o Parque Municipal Carlos Hidalgo Gomes de Loureiro para a preservação e desenvolvimento do património. -----

No dia 27 de janeiro, houve visita às obras do novo Pingo Doce e das avenidas Maestro Jorge Peixinho e Antero Brotas. O Presidente da Câmara Engº Nuno Canta, foi recebido pelos responsáveis desta unidade comercial, que realizaram



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
P
H

uma visita guiada às instalações, pormenorizando o funcionamento do supermercado, deixou votos de sucesso e salientou a importância desta nova unidade comercial pois permite, entre outros aspetos, conferir uma nova dinâmica àquela zona da cidade e criar novos postos de trabalho. -----

As instalações estão concluídas e teremos o prolongamento e conclusão das avenidas Maestro Jorge Peixinho e Antero Brotas; o Pingo Doce está a funcionar. -----

Tivemos obras de saneamento e salubridade na Avenida Luís de Camões (União de Freguesias Montijo/Afonsoeiro). -----

No dia 6 de fevereiro de 2015, em Palmela, o Presidente da Câmara Municipal do Montijo, Nuno Canta, procedeu à assinatura dos protocolos de cooperação com a ADREPES – Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal, no âmbito do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), instrumento apoiado pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento. -----

O Presidente da Câmara Municipal do Montijo, Nuno Canta, inaugurou uma nova unidade agroindustrial na freguesia de Sarilhos Grandes, Montijo no dia 11 de abril 2015. Uma nova empresa dedicada à produção e comercialização de mel, propriedade de um jovem agricultor que representou um investimento na ordem dos 190 mil euros. -----

Em maio de 2015, o município do Montijo apresentou um conjunto de intenções de investimento municipal, com apoio comunitário, no valor total de cerca de 8 milhões de euros, a fim de integrar a carteira metropolitana de projetos municipais, intermunicipais candidata ao financiamento comunitário através do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial – PDCT/AML/ITI (Investimento Territorial Integrado) junto do POR Lisboa 2020. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA E
H

Em maio de 2015 o Município do Montijo entregou à ANA – Aeroportos de Portugal um caderno de encargos com os investimentos necessários para acolher o aeroporto para os voos low-cost na Base Aérea nº 6 do Montijo. -----

Em junho de 2015, um novo projeto de turismo de natureza abriu no concelho do Montijo, concretamente na União das freguesias de Pegões. O Siriuspark foi inaugurado pelo presidente da câmara Municipal do Montijo, Nuno Canta, no dia 10 de junho. -----

Em julho de 2015 o Presidente da Câmara Municipal do Montijo, Engº Nuno Canta visitou (5 de junho de 2015) a Herdade de Espirra em Pegões, propriedade da empresa Viveiros Aliança do grupo Portucel /Soporcel.) -----

A Herdade de Espirra ocupa 1700 hectares na região de Pegões. É responsável pela produção anual de 6 milhões de plantas clonais de eucalipto, mantendo, igualmente uma atividade agroflorestal muito diversificada desde a produção de eucalipto, a sobreiro, pinheiro bravo, pinheiro manso, choupo, plantas ornamentais e aromáticas, vinha mel ou cortiça. -----

Em 2012 o grupo Portucel/Soporcel realizou um elevado investimento na Herdade de Espirra que aumentou a capacidade de produção do viveiro transformando-o no maior viveiro de plantas da Europa. -----

Em julho de 2015 a Câmara Municipal do Montijo e a Federação Portuguesa de Associações de Suinicultores (FPAS) assinaram no dia 29 de julho de 2015, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, o protocolo para a organização da XXIII Feira nacional do Porco. -----

O documento assinado pelo Presidente da Câmara Municipal do Montijo, Nuno Canta, Vitor Menino e Davis Neves, Presidente e Vice-Presidente da FPAS,

AA
P
M



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

formalizou as obrigações das duas entidades na organização da XXIII Feira Nacional do Porco, agendada para maio de 2016. -----

A cerimónia de tomada de posse dos conselheiros do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Económico Local (CEDEL) decorreu no dia 22 de setembro de 2015, no Salão Nobre dos Paços do Concelho. -----

O Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Económico Local é composto por 28 conselheiros, representantes de instituições universitárias e de empresas do Montijo das diversas atividades económicas existentes no concelho. -----

A criação do CEDEL faz parte de uma visão estratégica de desenvolvimento em cooperação defendida pelo atual executivo municipal. -----

Para a concretização desta visão estratégica foi celebrado um protocolo de colaboração entre o Município do Montijo e a Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo, visando a criação do CEDEL, operacionalizando com a criação do Gabinete para o Desenvolvimento, Empreendedorismo e Inovação. -----

Na reunião pública de 30 de setembro de 2015, a Câmara Municipal do Montijo deliberou reduzir a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para as famílias do concelho. A proposta foi aprovada por maioria, com os votos favoráveis do PS e do PSD. -----

O Presidente da Câmara Municipal do Montijo, Nuno Canta informou na reunião de câmara de 30 de setembro ter enviado um ofício de resposta à Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, a propósito do Memorando de Entendimento sobre o Desenvolvimento de um Plano de Expansão Alternativo da Capacidade do Aeroporto de Lisboa, enviado por esta entidade ao Município do Montijo; revelou que a Câmara Municipal do Montijo



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AAE
H

não pode avançar para a assinatura do memorando porque exige uma maior clarificação relativa às infraestruturas necessárias à utilização da Base Aérea nº 6 como aeroporto civil, as quais constam de um caderno reivindicativo apresentado junto da ANA aeroportos. Entre essas infraestruturas encontra-se, por exemplo, a conclusão da Circular Externa do Montijo. -----

No ofício de resposta, a autarquia pediu, ainda o esclarecimento das questões relacionadas com as compensações relativas aos impactos ambientais e ao licenciamento municipal. -----

O presidente da Câmara Municipal do Montijo reafirmou a sua “total concordância com a instalação de um aeroporto alternativo na Base Aérea n.º 6 afirmou que contudo não podemos assinar um documento que não defende os interesses e as necessidades do município do Montijo”, acrescentando que é necessário o aprofundamento da cooperação entre as várias entidades envolvidas neste processo para a elaboração de um documento que corresponda às pretensões das várias partes. -----

Na reunião de câmara de 28 de outubro, o executivo municipal aprovou o lançamento de Derrama e a Participação Variável no IRS. Relativamente à participação variável no IRS, a proposta aprovada com os votos a favor do PS e do PSD, consistiu na aplicação de uma taxa de quatro por cento. Esta medida representa uma variação negativa na receita municipal na ordem dos 468 421,25 euros, a favor dos cidadãos com domicílio fiscal no concelho do Montijo. A loja EDP instalada no Mercado Municipal do Montijo, foi inaugurada no dia 10 de novembro de 2015, pelo Presidente da Câmara do Montijo, Nuno canta e pela diretora comercial da CEPCOM – Comércio de Equipamentos de Telecomunicações, Lda., Cristina Mota. A loja EDP resulta de um contrato de



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

KA
P
↓

locação entre a Câmara Municipal do Montijo e a CEPCOM, agente exclusivo da EDP. Localizada no antigo Posto de Turismo, junto do terminal central dos transportes públicos da cidade, perto do parque de Estacionamento Alternativo e do Edifício dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, esta loja permite oferecer aos cidadãos uma maior centralidade no acesso a serviços de utilidade pública. -----

O Cais dos Pescadores do Montijo foi inaugurado no dia 23 de janeiro de 2016, um sábado, com partida às 14 horas e 30 minutos da sede da Sociedade Cooperativa União Piscatória Aldegalense (SCUPA). A cerimónia de inauguração contou com a presença do Presidente da Câmara Municipal do Montijo, Nuno Canta, e do Presidente da SCUPA, José Maria dos Santos. O Cais dos pescadores é um investimento promovido pela SCUPA, com um financiamento de 494.820,00 euros por parte do PROMAR – Programa Operacional Pesca 2013/2017. A Câmara Municipal do Montijo realizou, ainda um protocolo de colaboração com a SCUPA no valor de 113.825,00 euros. -----

A partir de fevereiro de 2016 os montijenses já podem consumir produtos hortofrutícolas de qualidade adquiridos diretamente aos produtores agrícolas locais, sem intermediários. Estes produtos são comercializados sob a forma de um cabaz com 7 – 9 Kg que tem um custo de 10 euros. -----

Os cabazes PROVE do Montijo, são compostos por diversos hortícolas e fruta da época produzidos na exploração agrícola Bertolino Lopes, situada na Atalaia. Este produtor tem um historial familiar associado à produção agrícola e utiliza técnicas amigas do ambiente, o que lhe permite obter produtos de elevada qualidade. -----

As entregas de cabazes efetuam-se na Escola Profissional do Montijo, (todas as



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
4

sextas feiras entre as 18 horas e as 20 horas, após encomenda realizada em WWW.PROVE.COM.PT, por telefone através do 919 993 743 (Fábio Lopes) ou para o email encomendas.montijo@prove.com.pt. -----

O lançamento da iniciativa PROVE no Montijo resulta da colaboração entre a ADREPES – Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal, a Escola Profissional do Montijo e a Câmara Municipal do Montijo. -----

Foi perante uma sala repleta que Isa Brito, residente em Pegões, lançou o seu primeiro livro no dia 20 de fevereiro de 2016, no auditório da União das Freguesias de Pegões. -----

Com a chancela da Chiado Editora, em “Com amor, a tua Clara” Isa Brito narra uma história que fala de amor, mas também do medo e da morte, numa homenagem a um amigo que faleceu de cancro. -----

No dia 23 de fevereiro de 2016, comemorou-se o segundo aniversário da Academia Sénior da União de Freguesias da Atalaia e Alto-Estanqueiro/Jardia. A festa decorreu no edifício da antiga junta de Freguesia do Alto Estanqueiro/Jardia, a partir das 15 horas e contou também com a apresentação da Agenda Sénior 2016. -----

Na sessão de abertura estiveram Nuno Canta, Presidente da Câmara Municipal do Montijo, Luis Morais, Presidente da União de Freguesias da Atalaia e Alto-Estanqueiro/Jardia e João Martins, Presidente da Direção da Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo. -----

A cerimónia contou com a apresentação de um filme retrospectivo das atividades da academia, seguido de um momento de agradecimento aos professores voluntários. Seguiu-se a apresentação da Agenda Sénior 2016, u projeto da Câmara Municipal do Montijo e a atuação do Grupo Coral da Academia Sénior



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
E
H

da União de Freguesias da Atalaia e Alto-Estanqueiro/Jardia. A festa terminou com um lanche convívio. A Academia Sénior na União de Freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro/Jardia veio reforçar a aposta da Câmara Municipal na promoção e dinamização de espaços e atividades potenciadores de um envelhecimento ativo da população. São utilizadores do projeto 111 pessoas idosas, residentes na União de Freguesias da Atalaia e Alto Estanqueiro/Jardia, que participam nas seguintes: Atelier das Artes, Artes da D. Francisca, Língua Portuguesa (Alfabetização), Informática e o Grupo Coral da Academia. -----

Na reunião pública de 17 de fevereiro de 2016, a Câmara Municipal do Montijo aprovou por unanimidade o protocolo de colaboração com a Alius Vetus – Associação Cultural História e Património para a realização da Feira Quinhentista de Aldeia Galega que irá decorrerem de 9 a 11 de setembro de 2016. Esta será a terceira edição da Feira Quinhentista de Aldeia Galega que assinala a atribuição do foral novo a Aldeia Galega (hoje Montijo), no âmbito das reformas dos forais promovidos por D. Manuel I. Porque a área cultural é um eixo fundamental de atuação do executivo municipal e pela elevada adesão de público nas edições anteriores, a Câmara Municipal do Montijo aposta assim novamente na realização da Feira Quinhentista de Aldeia Galega como forma de assinalar uma data de grande valor histórico para o concelho do Montijo. -----
Comemorámos dignamente 30 anos da Biblioteca Municipal; Manuel Giraldes da Silva (sete pontos de leitura fixos, uma biblioteca móvel, oito bibliotecas escolares). -----

As piscinas municipais são utilizadas intensivamente por escolas e associações, clubes e coletividades. -----

Escolas e agrupamentos relacionam-se intensivamente com o executivo



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
R
H

municipal; tratamos da ação social escolar, dos refeitórios, de árvores e arbustos, etc. -----

Temos cerca de três dezenas de contratos-programa e protocolos assinados e em funcionamento com associações, coletividades e clubes culturais e desportivos. -----

Comemorámos em fevereiro de 2016, com dignidade e participação a passagem dos 500 anos sobre a data em que foi outorgado o Foral Manuelino de Canha. – O Município fez uma cedência em direito de superfície, a favor da Associação do lar de Idosos de Pegões (ALIP) – IPSS no valor de 66.44200 euros). -----

A Câmara Municipal Montijo aprovou nova estrutura da tabela tarifária dos SMAS para 2016. -----

Comemorámos em 2015, os 10 anos da reabertura da CITEJA (94 espetáculos e iniciativas em 2015), sendo destas 34 promovidas pela Câmara Municipal do Montijo). -----

As festas populares do Montijo, bem como as festas populares nas freguesias e uniões de freguesias orgulham-nos. -----

Estamos a rever o Plano Diretor Municipal do Município (PDMM), com intensificação de estudos, participações e contributos. Assim sendo, face aos planos, projetos, programas e ações e medidas realizadas, em curso e projetadas pelo Executivo Municipal (mandato 2013-2017), algumas com correspondentes aprovações da Assembleia Municipal do Montijo, o Grupo Municipal do PS na Assembleia Municipal do Montijo afirma e considera que as pretensões, ações, atitudes e comportamentos políticos de “fazer passar” uma imagem de um concelho não vivo, não progressivo, de inércia, imobilismo e marasmo não respeitam a prossecução do interesse público, não respeitam



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA Rec
↓

direitos e interesses legalmente protegidos de munícipes e populações, não avaliam a “sociedade concelhia” e suas complexas movimentações e realizações de forma justa e imparcial, não promovem a sua adequada participação na vida, movimento e progresso do concelho, não garantem o seu conhecimento seguro e oportuno, sendo suscetíveis de articular factos contrários à verdade sobre a vida e participação das pessoas e estado do território e podem provocar e promover obscuridade, falsas contradições, crispações e conflitos artificializados nos planos político, económico e social junto de munícipes e cidadãos, nomeadamente quanto á celeridade, economia, eficiência, adequação, oportunidade e pertinência de decisões e deliberações dos órgãos do município. Daí que o Grupo Municipal do partido Socialista na Assembleia Municipal do Montijo se permita apelar para que em todas as formas e fases do exercício das atividades políticas e outras, se atue segundo regras de boa-fé, respeitando a legalidade, a prossecução do interesse público, a igualdade e proporcionalidade, em estreita colaboração com particulares e suas formas organizadas de funcionar (organizações, instituições, associações, entidades, coletividades e clubes, escolas e agrupamentos, etc). -----

Desta forma, contribuiremos todos para um concelho de Montijo (circunscrição territorial e pessoas) ainda mais vivo, em movimento, ainda mais dinâmico, de progresso, de prosperidade, com confiança nos órgãos no município, nas organizações, instituições, associações e entidades que aqui vivem e fazem vida.” -----

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes na sala e em resposta às questões colocadas, disse: -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
47

“Quanto às questões colocadas pelo senhor Deputado Avelino Antunes, sobre o metro de superfície, como todos nós sabemos, é um projeto antigo que pretendia ligar o Arco Ribeirinho Sul, proposta que também foi acolhida pelo PEDEPES. Mas, efetivamente teve a marca do PS no Governo, para desenvolver o metro de superfície, ao nível do Arco Ribeirinho Sul. Esse metro de superfície, envolveu sempre o Seixal e Almada, que são as partes que estão desenvolvidas. Entretanto, não houve mais desenvolvimentos, por causa dos investimentos do ponto de vista financeiro, particularmente na sua sustentabilidade. -----
O que dissemos e é claro, aliás, advém da nossa Moção que apresentamos em reunião de câmara, e que infelizmente a CDU votou contra, para a localização do aeroporto na Base Aérea nº 6, no qual também colocámos num dos pontos o reforço dos transportes públicos de ligação ao aeroporto. É nesse pressuposto, de localização da BA6 Montijo, de uma infraestrutura aeroportuária civil, que obviamente se pode voltar a falar neste projeto e nessa ligação, a esse Arco Ribeirinho Sul, garantindo e pensando nós e foi nesse sentido que falámos com o senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, garantindo nós esta ligação em transporte público a todo este Arco Ribeirinho Sul. Esta é a nossa visão, sempre discutível e sempre obviamente sujeita a contraditório. Como é óbvio a irradiação económica que uma localização de um aeroporto numa BA6 terá que ser feita por todos os concelhos ribeirinhos. -----
O próprio plano que o senhor Deputado falou, tem efetivamente essa visão, nós não tínhamos aqui era um ponto de ancoragem, uma âncora económica que justificasse um investimento desse tipo, essa questão ficou informada junto do senhor Ministro que também conhece em particular esta questão do Metro Sul do Tejo e evidentemente é uma das situações que será estudada. Como disse,



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
P
↓

isto não é algo novo, o que falámos é que se justifica agora mais, com a localização da BA6, a vinda do metro de superfície até ao Montijo. -----

Quanto ao aumento das rendas do mercado municipal, conforme anteriormente informei, não houve nenhum aumento de rendas, mantiveram-se as rendas. Apenas houve uma atualização a ter em conta o índice preço ao consumidor e estas rendas não são as mesmas rendas que nós aqui aprovámos o congelamento. Existem dois tipos de rendas na Câmara Municipal do Montijo, uma que tem a ver com espaços arrendados, que tem um enquadramento jurídico próximo do arrendamento privado e a outra que é o caso dos mercados municipais, que tem a ver com as concessões municipais, associados a tarifas e taxas municipais do Regulamento de Taxas. O Mercado Municipal quer relativamente a bancas, quer a espaços comerciais, existentes nesse mercado estão ligados a este Regulamento de Taxas. Não é uma renda, mas sim uma concessão, porque tem o pagamento taxado e por esta razão tem um tratamento diferente na Câmara Municipal pelos serviços. -----

Relativamente à questão da Deputada Ana Filipa Mota, sobre a Escola Profissional, essas questões sobre a liquidez, não tem nem nunca teve a ver com a Câmara Municipal. A Escola Profissional tem desenvolvido vários projetos do Ministério da Educação e também alguns do Ministério do Trabalho e da Solidariedade e vem desde o ano passado desde o Governo do PSD/CDS, atrasos significativos de transferências de verbas. Nós temos feito os contactos necessários para que esses projetos sejam pagos o mais rápido possível e o problema que a escola atualmente atravessa, em termos de liquidez tem a ver essencialmente com a falta dessas transferências. Ainda hoje, tive uma reunião com o senhor Presidente da Escola Profissional e que me informou, que parte



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
✓
K

dessas verbas, já foram recebidas. -----

Há pouco tempo, a Câmara Municipal do Montijo e a Escola Profissional do Montijo, fizeram um protocolo designado por “KONT’@arte”, um programa de intervenção social, “antigo tu-Kontas”, no qual tem um financiamento que ronda os 198 mil euros (valor sob reserva), um programa para três anos, um programa que se foca nos nossos bairros sociais mais críticos, também existem outros programas com a Escola Profissional, nomeadamente a ampliação da escola, existe uma fase que foi construída já com o apoio da Câmara Municipal do Montijo, no sentido de uma candidatura a fundos europeus. A ampliação da 2ª fase tem a ver, como referiu, com cerca de um milhão de euros, que tem a ver com a construção de cozinhas, oficinas, etc. O ano passado inauguramos a Casa Europa, um *hostel* que acolhe jovens de vários países que vêm fazer formação profissional e que hoje também é uma grande “alavanca” económica para a Escola Profissional. -----

Quanto à questão colocada pelo deputado do BE, sobre a Estrada Nacional 4, foi colocada a questão ao senhor Ministro e nós já respondemos por escrito ao Bloco de Esquerda, e informámos que era uma das questões que estava agendada com o senhor Ministro. O senhor Ministro ficou de ver junto das Estradas de Portugal como estava a situação e o seu gabinete ficou de nos informar. Referir que a Câmara Municipal do Montijo também está empenhada em que a Estrada Nacional nº 4, seja intervencionada o mais rápido possível. ----

Quanto aos semáforos, entre as duas rotunda conforme o senhor Deputado Cipriano Pisco referiu, o motivo porque não estão a funcionar, é pela falta da ligação elétrica, por parte da EDP, estamos a diligenciar. -----

Quanto às considerações que o senhor deputado Alfredo Rodrigues, fez sobre



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
EJ
H

o mercado, informo que, estamos a dinamizar o mercado através de novas hastas públicas, infelizmente a última hasta pública que abrimos, apenas uma das bancas foi ocupada, tendo as restantes ficado desertas. O mercado necessita de mais iniciativa privada e por isso iremos abrir novas hastas públicas. Também temos vindo a fazer vários eventos de animação cultural no mercado.” -----

O senhor **Deputado Municipal – José Ferra (CDU)**, no uso da palavra, questionou o executivo, com as seguintes questões: -----

“Hoje de manhã quando me deslocava na Rua José Joaquim Marques, em direção ao Afonsoeiro, constatei que no local habitual das cheias naquela zona (entre o edifício do asilo e a rotunda do E. Leclerc), continua um lençol de água e lembrei-me do acidente grave que ali aconteceu, em 1993/94, que originou cinco mortos. -----

Outra questão, é na Avenida Maestro Jorge Peixinho quem quer virar para a Rua da Aldeia Velha, não pode, tem que vir cá abaixo, ao pé da farmácia, o que se torna um caos, sendo que agora piorou devido à afluência de pessoas ao Pingo Doce. Também ainda na Avenida Maestro Jorge Peixinho, perto do campo da bola, o terreno que tem servido de estaleiro à obra do Pingo Doce, que não foi vedado, nem tomado as devidas precauções, fosse agora requalificado ou construído um parque de estacionamento, pois quando existem jogos não existe lugares para estacionar. -----

Em relação ao terreno da firma Branco & Branco, que foi a leilão, muitas coisas foram devastadas, e existem depósitos com óleos e matérias perigosas



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
H

espalhadas. Será que a fiscalização da Câmara Municipal teve conhecimento e já fez alguma intervenção nesse sentido?" -----

O senhor **Deputado Municipal – Sérgio Vasco (PSD)**, no uso da palavra, colocou as seguintes questões: “Senhor Presidente no decorrer deste seu mandato tenho constatado que embora nos tenha sempre dito que as finanças locais estão de saúde. -----

Não vemos investimento para assegurar a deslocação de massas para o Município do Montijo sendo que as obras que nos ficam foram até agora a tentativa de consolidação da frente ribeirinha, a intervenção no Mercado Municipal e o Cais dos Vapores. Sendo as mesmas essenciais não parecem ter agradado a todos, nem sequer constituíram uma alavanca para dinamizar a cidade, o mercado foi um flop, não gerou mais tráfego, nem atraiu comerciantes, como foi bem explícito pelo senhor Presidente quando admitiu a necessidade de novas hastas públicas para captar comerciantes, logo houve um mau estudo uma má captação. -----

Sendo que a pequena criação visível são as constantes contratações de funcionários para a Câmara Municipal de Montijo. -----

Pergunta-se o Montijo fica conhecido como um concelho onde não existem oportunidades? -----

Se tal não é verdade então qual o índice de criação de empregos e retenção dos mesmos. Estamos constantemente a ouvir que o Montijo é uma cidade atrativa, mas seguramente gostaríamos de saber para quem, pois a nível de emprego não temos conhecimento do estabelecimento de nenhuma indústria nova, nem tão pouco de nenhum fulgor a nível de comércio. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten initials in blue ink, possibly 'AM' and 'H'.

Gosto de ouvir falar do comércio e de comerciantes, mas o que a Câmara Municipal do Montijo tem feito pelos mesmos, qual é o incentivo dado a quem queira investir no Montijo. -----

Quantas lojas comerciais, restaurantes, hotéis e lojas de serviço foram criados? A nível de indústria qual o ponto de situação de um polo industrial, que crie condições para atrair a mesma para o Montijo, quais os incentivos para a sua captação? Esse polo existe? -----

Como pode constatar senhor Presidente as preocupações são muitas e as respostas poucas, temos uma cidade a minutos de Lisboa banhada pelo rio e não temos conseguido captar investimento para desenvolver o canal Horeca. --- Não conseguimos ser uma alternativa a Lisboa, a nível de preços e qualidade de vida para quem visita o nosso país, sendo triste termos de dizer que temos poucos restaurantes abertos ao jantar e que nada se passa na nossa cidade. ----

Vemos muita atividade no relatório de atividades, mas na realidade a maioria faz-se dentro de uma sala, existem exceções que louvo mas são feitas na maioria de semana, esquecendo muitos montijenses. -----

Falta viver o Montijo, se não conseguem fazer com investimento público, então permitam aos privados dinamizar a cidade dando-lhe condições, locais e até facilitismos para investirem, criarem postos de trabalho e tornarem o Montijo uma cidade melhor, cuidado, que eu não disse mais supermercados ou hipermercados, para podermos concluir uma ou outra via pública. -----

Não se entende a demora, para que de uma vez por todas saibamos quando irá avançar o aeroporto, pois estamos a falar de um potencial exponencial em relação ao atual cenário em termos de dinamização da restauração, da hotelaria e de todos os serviços necessários para implementação do mesmo. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
R
H

Estaremos a desprezar as necessidades de alguns, para fazer valer o calendário político como vimos com o mercado.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Alcídio Torres (PS)**, no uso da palavra, leu uma **Declaração sobre a Transparência**, cujo teor se transcreve: -----

“A Associação Cívica Transparência e Integridade (TIAC) representante em Portugal dos desígnios da Transparência Internacional, divulgou recentemente o Índice de Transparência dos municípios portugueses. -----

Perante a divulgação deste índice, temos assistido a tomadas de posição distintas dos autarcas que lideram os diferentes executivos municipais. -----

Os mais bem classificados no ranking invocam o importante trabalho feito em termos de comunicação e transparência, os piores classificados subestimam essa classificação e não lhe atribuem grande importância. -----

Antes de mais, convém refletir um pouco sobre as razões que levaram à criação deste Índice de Transparência Municipal para percebermos em que é que cada um dos lados tem razão. -----

Segundo os responsáveis da TIAC, este índice surgiu porque “diariamente os cidadãos são confrontados com notícias de corrupção, má despesa pública e abuso de funções ao nível autárquico”. A criação do índice aparece assim, segundo a própria associação, para “criar pressão social e incentivar as autoridades locais a melhorarem as suas ferramentas de comunicação e interação com os cidadãos”. -----

Se assim é, a primeira pergunta que devemos fazer aos responsáveis por este ITM é a seguinte: Havendo em Portugal 10 500 entidades das administrações central, local e regional, 1500 empresas públicas, cerca de 350 institutos, 1100



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
Pe
H

fundações e associações, por que razão é que este índice incide somente sobre os 308 municípios? -----

Será que o destino concentrou em exclusivo nos municípios a falta de transparência, a corrupção, a má despesa pública e o abuso de funções? -----

E por que será que este índice incide somente sobre os municípios, quando estes são responsáveis por apenas cerca de 11% da despesa pública nacional? --

E por que será que este índice incide sobre uma única entidade, o PODER LOCAL que recebe do Orçamento de Estado pouco mais de 1 por cento do Produto Interno Bruto? -----

E mais, aquilo que num só dia os contribuintes colocaram no fundo de resolução para financiar o funcionamento do Novo Banco equivale a dois anos de transferências para todos os municípios e a 20 anos de transferências para todas as freguesias." -----

Por isso se pergunta: por que razão este índice não incide também sobre o sector privado com o nome, por exemplo, de Índice de Transparência dos Negócios? -----

Para entender a aplicação às autarquias deste ITM, aliás praticado em muitos poucos países, é preciso lermos o livro de Paulo Morais, vice-presidente da TIAC, intitulado "Da Corrupção à crise", onde o autor afirma que "os sistemas autárquicos estão tomados pelos negócios, num conluio conúbio entre promotores imobiliários, chefes partidários locais e autarcas". -----

Apesar de algumas autarquias serem dominadas por práticas anti-éticas e corruptas não podemos generalizar e meter tudo no mesmo saco e, muito menos, sentar o Poder Local no banco dos réus para absolver, sem julgamento, outras instituições públicas e privadas. -----

Ag. P.
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Vejam, senhores deputados, como este discurso anti autárquico influenciou o próprio poder político. Como sabemos, não existe qualquer norma no ordenamento jurídico português que puna o Estado ou os titulares dos seus órgãos por responsabilidade sua pelo défice público. Pois é! Mas os municípios que ultrapassaram limites de endividamento foram, no passado, penalizados com uma redução do montante das transferências orçamentais. -----

Senhoras e Senhores deputados; -----

Esta AM já aprovou duas Recomendações à CM sobre transparência. Por isso temos autoridade para perguntar aos responsáveis pelo ITM o seguinte: Se a Transparência Internacional está preocupada com a transparência porque não começa, igualmente, pelos ministérios, pelas direções gerais, pelas CCDR, pelas empresas públicas, pelos Institutos, pelas fundações etc que geram a grande fatia da despesa pública? -----

E mais importante ainda, porque não vigiam os privados, as grandes empresas multinacionais que, sem quaisquer preocupações com a transparência, algumas delas são responsáveis por somas colossais de fraude e evasão fiscal e pela corrupção oculta, aquela que contribui grandemente para a crise? -----

Mas, Senhoras e Senhores deputados, a responsabilização do setor público pela falta de transparência e pela corrupção em Portugal não aparece por acaso, como não aparece por acaso o ITM. Esta estratégia está em linha com o discurso de Paulo Morais que atribui as causas da crise em Portugal à corrupção no sector público, omitindo deliberadamente a responsabilidades da evasão e fraude fiscal na sangria financeira do país. -----

Na verdade, ao contrário do que defende a Transparência Internacional, vários estudos internacionais provam que os custos da corrupção no sector público são



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
E
H

uma ínfima parte dos custos da evasão e fraude fiscal (a tal corrupção oculta e não estatal), que é quase sempre omitida no debate político e nos órgãos de comunicação social. -----

Segundo o Relatório Anticorrupção produzido pela União Europeia em 2014, a corrupção no sector público custa anualmente aos 28 Estados da UE 120 mil milhões de euros, mas a verba depositada por indivíduos oriundos da UE em paraísos fiscais, no ano de 2003, ultrapassa, os 2,6 triliões de euros, segundo um grupo de consultadoria de Boston. Ou seja, o custo da corrupção oriunda de práticas anti-éticas no sector público corresponde a menos de 5% dos custos da evasão fiscal e da falta de transparência no sector privado. -----

O discurso hegemónico da falta de transparência e da corrupção no sector público (com faz Paulo Morais e seus seguidores) tem como objetivo, por um lado, endeusar o mercado e as suas virtudes e, por outro, diabolizar a esfera pública estatal, alegadamente repleta de privilégios e de privilegiados. Por isso as autarquias são um alvo a abater e o ITM constitui um expediente de distração dos cidadãos para ocultar índices bem mais importantes, esses sim responsáveis por minar as bases fiscais de cada país, obrigando os cidadãos a pagar mais impostos. -----

Basta ver que em 2015 os portugueses pagaram mais 2 mil milhões de euros de impostos e as empresas menos €892 milhões. -----

Recorde-se, que foi com o ataque ao Estado Social, aos que viviam acima das suas possibilidades e à corrupção estatal que foi perpetrada toda a política de austeridade, traduzida em redução de salários e pensões, no aumento de impostos, no aumento do desemprego, no aprofundamento das desigualdades sociais e na venda sem critérios do património do Estado. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

JA
H

Sabemos que a falta de transparência e a corrupção no sector público minam os fundamentos da cidadania, a confiança dos cidadãos nas suas instituições e nos titulares de cargos públicos. Apesar de o sabermos, não podemos nem devemos circunscrever o fenómeno da falta de transparência e da corrupção ao sector público. -----

E muito menos devemos criar índices de transparência em exclusivo para o Poder Local para ocultar a inexistência de outros índices de transparência, nomeadamente em organismos de Estado mas, principalmente, nalgumas multinacionais que se encarregam de fugir ao fisco, através da fraude, da elisão e da evasão fiscal. -----

Senhoras e Senhores deputados; -----

Mas afinal que estratégia devem os autarcas seguir perante este Índice de Transparência Municipal? -----

Por exemplo, os municípios de Alfândega da Fé, de Arcos de Valdevez, de Carregado do Sal devem ou não enaltecer o facto de serem os primeiros no Ranking da transparência? O município do Montijo deve ou não valorizar o facto de ser o melhor município do distrito Setúbal neste ranking e o terceiro melhor classificado na AML? -----

Estes presidentes de Câmara devem ou não orgulhar-se e valorizar o seu desempenho se o mesmo corresponder a uma melhor informação dos cidadãos e a uma melhor interação destes com o município? -----

Claro que sim! Que devem valorizar todo o esforço de informação e os resultados alcançados. -----

No entanto, jamais o seu orgulho e satisfação pode servir para ocultar a falta de transparência noutros setores da administração e, principalmente, a falta de



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
E
H

transparência e os níveis de corrupção oriundos dos responsáveis pela economia paralela e pela evasão fiscal. -----

Ao manifestarem o seu orgulho e satisfação, estes autarcas não devem contribuir para fazer do poder local o bode expiatório da falta de transparência e da corrupção em Portugal. -----

Ao manifestarem o seu orgulho e satisfação, estes autarcas não devem cair na esparrela de utilizar este índice para alimentar a competição entre autarquias. --

Ao mesmo tempo que se mede, e bem, os níveis de comunicação dos municípios seria tão ou mais interessante medir os níveis de evasão e fraude fiscal, esses sim responsáveis por uma perda anual de quase 30% do PIB. -----

Senhoras e Senhores deputados, mesmo percebendo os objetivos deste ITM, o nosso dever é contribuir para melhorar os índices de informação aos nossos concidadãos. -----

Nesta fase do campeonato de nada serviria ignorar este ITM, porque a disputa entre municípios está lançada e, em política, mais importante que a realidade é a perceção da realidade. -----

Todavia, parece-nos sensato concluir que, em termos estratégicos, o trabalho de transparência municipal não passa apenas nem principalmente por este ITM, mas por um trabalho de formação e informação dos trabalhadores das autarquias no sentido de servirem os munícipes, de forma menos burocrática, mais eficaz, mais célere, mais eficiente e mais transparente. De uma coisa tenho e temos a certeza: Os trabalhadores dos 308 municípios portugueses podem fazer mais pela transparência e por uma cidadania informada do que mil índices de transparência municipal." -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature in blue ink.

A senhora **Tesoureira da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes – Maria Pereira**, no uso da palavra, leu uma **DECLARAÇÃO POLÍTICA**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“Senhora Presidente da assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores membros da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores membros da população presentes. Já passaram dois anos e quatro meses sobre a nossa eleição como representantes dos Fregueses em Sarilhos Grandes, aqueles que confiaram em nós sabem a realidade da nossa Freguesia, porque vivem numa freguesia com muitas dificuldades, onde o investimento camarário tem sido praticamente nulo. -----

O acordo de execução firmado entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, foi assinado em agosto de 2014 e ainda não foi cumprido no essencial pela Câmara Municipal, nomeadamente no que se refere à dotação de meios necessários para a concretização das tarefas diárias de limpeza e preservação e melhoramentos das vias rodoviárias da Freguesia. -----

Ainda hoje, estamos à espera de um trator prometido desde a primeira reunião realizada com este Executivo camarário em novembro de 2015, que teríamos o trator em janeiro de 2016, mais uma vez a população de Sarilhos Grandes é prejudicada, pela falta de objetividade, responsabilidade e comprometimento deste Executivo Camarário. -----

Ainda hoje, estamos à espera do arranjo de um equipamento desportivo, que dê resposta a uma grande necessidade de espaço para a prática desportiva das nossas crianças e jovens da nossa freguesia. -----

Continuamos à espera do arranjo urgente do pontão que liga a Sarilhos

ATA
P
S



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pequenos, que está numa elevada fase de deterioração, pondo em risco a integridade física dos transeuntes. -----

Ainda hoje, estamos à espera de mais e melhores apoios para a freguesia de Sarilhos Grandes. Como todos sabem ainda estamos em contração económica, porque continuamos até ao final do mandato, a pagar por políticas discriminatórias do anterior executivo camarário e que não foram repostas e compensadas pelo atual executivo. -----

O executivo da Junta de Freguesia, continua sem poder receber os valores de compensação legalmente definidos, porque se o fizer não teremos dinheiro para o funcionamento regular da Junta de Freguesia. -----

Esta situação poderia ser resolvida se a Câmara Municipal aceitasse a proposta já apresentada pela Junta de Freguesia de assumir a regularização de parte do quadro de pessoal. -----

A Freguesia de Sarilhos Grandes, tem potencialidades para se tornar um pólo atrativo integrado no Concelho do Montijo, assim o queira ver quem governa o nosso Concelho. -----

Já para não falar do nosso património arquitetónico degradado e que recuperado trará mais história e cultura à nossa freguesia e ao nosso concelho. A proposta agora apresentada de Revisão do PDM para Sarilhos Grandes, aponta a concretização de uma nova via alternativa à atual Avenida da República. Esta obra tem de ser pensada para a sua concretização num futuro próximo. -----

Senhoras e senhores membros da Assembleia Municipal, sabemos o que queremos para a nossa freguesia, o nosso movimento associativo é dinâmico, por isso esta Junta de Freguesia tenta dar apoios possíveis e necessários para



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

que as suas iniciativas se concretizem. -----

Apesar dos poucos meios técnicos e humanos, continuamos a privilegiar a limpeza da nossa freguesia. -----

Continuamos o apoio à única escola básica da freguesia, com algumas reparações solicitadas pelas responsáveis e adquirimos recentemente três doseadores de líquido lava mãos em inox, ultimamente dotámos o Jardim de Infância de internet, de uma impressora e tinteiros e de um abrigo de jardim para a colocação dos brinquedos do recreio. -----

Gostaríamos que o Executivo desse maior atenção a esta nossa única escola da freguesia e que pudesse ser dotada de um quadro interativo, que revisse e melhorasse o espaço de recreio das crianças com melhores equipamentos, que atendessem às reparações e pinturas efetuadas da sua responsabilidade, mais uma vez a escola básica de Sarilhos Grandes, continua a ser pintada às metades, será um problema de falta de tintas ou de vontades? Temos referido por diversas vezes que a necessidade de interação da Câmara com as Juntas de Freguesia é uma mais-valia para o desenvolvimento e qualidade dos trabalhos realizados de responsabilidade da Câmara Municipal, queremos ser parte integrante dessa ajuda. -----

Senhor Presidente da Câmara, -----

Gostaríamos que a Câmara Municipal e a sua gestão, desse mais atenção às freguesias do concelho, nomeadamente à de Sarilhos Grandes, pelas questões que atrás referi. -----

O senhor esteve em visita de trabalho na nossa freguesia e sentiu tal como nós sentimos todos os dias, as preocupações dos nossos fregueses, pela falta de estruturas que lhes proporcionem mais e melhor qualidade de vida. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
K
H

Sarilhos Grandes e os Sarilhenses merecem mais e melhor da sua Câmara Municipal.” -----

A senhora **Deputada Municipal – Nadine Balasteiro (PSD)**, leu uma **DECLARAÇÃO POLÍTICA**, alusiva às **Eleições**, que abaixo se transcreve: -----

“No passado dia 24 de janeiro realizaram-se eleições para a votação do Presidente da República. -----

Os membros da bancada do PSD na Assembleia Municipal do Montijo, considerando o enquadramento político e social do país, congratulam-se com eleição clara, à primeira volta e sem qualquer discussão do candidato independente Marcelo Rebelo de Sousa, que se apresentou às urnas sem qualquer apoio partidário, e que reuniu um amplo consenso na sociedade portuguesa, obtendo 52% dos votos, mais do dobro de qualquer um dos outros candidatos, ficando o segundo Sampaio da Nóvoa a 22, 89%, o terceiro Marisa Matias com 10,13%, o quarto Maria de Belém com 4,24% e o candidato Edgar Silva, com 3,95%. -----

Os deputados do PSD na Assembleia Municipal de Montijo, congratulam-se também com o resultado obtido em todos os distritos do país, sendo que no distrito de Setúbal o Professor Marcelo Rebelo de Sousa obteve 37,69%, Sampaio da Nóvoa com 29,71%, Marisa Matias em terceiro lugar com 12,97% e Edgar Silva com 9,50%. -----

No concelho de Montijo, o voto livre do povo ajudou a eleger o candidato Marcelo Rebelo de Sousa que ganhou em todas as freguesias, conseguindo reunir 45,36% dos votos ficando em segundo Sampaio da Nóvoa com 25,37%, Marisa Matias com 12,57% e Edgar Silva com 6,08%. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
41

salienta-se as maiorias absolutas em todas as freguesias com a exceção da freguesia de Sarilhos Grandes, onde o mesmo obteve maioria relativa. Sendo que as maiorias absolutas foram com quase o dobro de votos de cada um dos outros candidatos. -----

O Povo decidiu e elegeu claramente à primeira volta, com maioria absoluta, Marcelo Rebelo de Sousa para Presidente da República Portuguesa. -----

O PSD congratula-se com a escolha em liberdade dos portugueses! -----
Viva Portugal!" -----

A senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes (PS)**, no uso da palavra, leu uma **DECLARAÇÃO POLÍTICA**, sobre o **Cais dos Pescadores**, que se passa a transcrever: -----

“O concelho do Montijo tem a sua história intensamente ligada ao rio Tejo, o qual delimita grande parte do seu território, nomeadamente na freguesia de Sarilhos Grandes e união de freguesias de Montijo e Afonsoeiro. A sua primeira atividade económica relevante é, portanto, a pesca e exploração de salinas, à qual se juntou os transportes fluviais a partir de meados do século XV, quando o infante D. João, Mestre da Ordem de Santiago e irmão do Regente D. Pedro, mandou construir uma estacada, obra de engenharia importante para a época, que impediu o assoreamento do rio, tornando mais fácil a navegação fluvial para Aldeia Galega. -----

As raízes e tradições do concelho mantêm a sua ligação ao rio, que se mantém como atividade económica da qual vive parte da população, como é o caso dos pescadores. A concretização de um desejo acalentado durante gerações, pela



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H

classe piscatória, ocorreu no passado dia 23 de janeiro, com a inauguração do Cais dos Pescadores. -----

Esta obra, levada a cabo pelo executivo socialista presidido pelo Eng.º Nuno Canta, contou com a prestimosa colaboração da Sociedade Cooperativa União Piscatória Aldegalense, presidida pelo Sr. José Maria e da srª Dr.ª Lurdes Leite, proprietária da Passalva. -----

O Cais dos Pescadores é uma infraestrutura que permite melhorar as condições de trabalho da classe piscatória, desempenhando funções fundamentais de apoio à atividade. A plataforma inclui uma área de proteção perimetral do Moinho de Maré do Meio, sete (7) apoios individualizados para guarda de materiais, uma rampa varadouro e capacidade de acostagem para catorze (14) embarcações. -----

Uma obra que moderniza o presente e facilita o futuro da atividade piscatória, fazendo jus e homenageando o passado histórico desta terra à beira-Tejo, na qual se revêm os montijenses e munícipes de todas as idades.” -----

A senhora **Deputada Municipal – Ana Catarina Jimenez (CDU)**, no uso da palavra, leu uma **MOÇÃO**, intitulada **“Dia Internacional da Mulher, 8 de Março - um dia incontornável no caminho de uma sociedade justa, livre de desigualdades e discriminações”**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“O Dia Internacional da Mulher está historicamente ligado à luta das mulheres trabalhadoras pela sua emancipação política, económica e social. -----

Ao longo de mais de um século, desde a aprovação durante a 2ª Conferência Internacional de Mulheres (Copenhaga) em 1910 de um Dia Internacional da Mulher, são inúmeros os exemplos em que este dia se eleva como manifestação



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
le
H

e luta pelas mais justas aspirações das mulheres de todo o mundo, um dia de ação das mulheres pelos seus direitos próprios, contra todas as formas de discriminação. -----

Os objetivos que estiveram na origem da instituição do Dia Internacional da Mulher mantêm-se atuais: a sociedade em que vivemos é marcada pelo triunfo de desigualdades, pela gigantesca desproporção entre poucos detentores da riqueza e os muitos milhões de homens, mulheres e crianças que não têm nada. Milhões de mulheres no mundo não têm garantido a sua sobrevivência e dos seus familiares. São as primeiras vítimas dos conflitos armados e das guerras do imperialismo. -----

O 8 de Março assume-se pelo facto de transportar para o tempo presente um património histórico de luta das mulheres pela sua emancipação, com reivindicações específicas, que constitui um fator de enriquecimento de uma luta comum a homens e mulheres pela transformação social. Trata-se de uma data com história, um dia para assinalar uma luta de todos os dias. -----

O poder local democrático, que este ano assinala 40 anos das primeiras eleições para os seus órgãos, tem assumido um importante papel no assinalar desta data desde as primeiras comemorações do 8 de Março em liberdade em 1975. -----

O poder local tem um importante papel na promoção dos valores da igualdade de direitos das mulheres ancorados nos valores de Abril e nos princípios e direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa. Nas suas esferas de competência o poder local tem tido e tem um papel importante na promoção dos direitos das mulheres, da valorização da sua participação como parte integrante da história das regiões. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H

Neste órgão autárquico queremos saudar as mulheres portuguesas e em particular as que vivem e trabalham no nosso concelho. -----

Em Portugal, está a ser feito um caminho de recuperação de rendimentos e direitos que têm estado na base da luta travada nos últimos quatro anos e que representam um caminho de melhoria das condições de vida das mulheres: a reposição do horário de trabalho das 35 horas semanais na Administração Pública, o aumento do salário mínimo nacional, a reposição dos quatro feriados suspensos, o direito das mulheres à interrupção voluntária da gravidez sem pressões nem condicionamentos, a eliminação das penhoras e hipotecas da habitação em execuções fiscais. -----

É um caminho de avanços que importa consolidar e que não dispensa que as mulheres se assumam como sujeitos ativos de um caminho que é preciso fazer para responder aos problemas mais sentidos e pela concretização da igualdade na lei e na vida. -----

A Assembleia municipal do Montijo, reunida a 26 de fevereiro de 2016, apela às mulheres para que com a sua determinação, coragem, e confiança no futuro, comemorem o Dia Internacional da Mulher, honrando todas e todos os que lutam por uma sociedade justa, livre de desigualdades e de discriminações.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Francisco Cordeiro (PSD)**, no uso da palavra, disse: “É com alguma insatisfação que trago novamente esta questão sobre a segurança rodoviária, entre a rotunda da Infal e a rotunda do Bairro do Areias. Em 19 de junho de 2015, interpolei pela primeira vez o senhor Presidente e coloquei a questão sobre as passadeiras ou lombas na Avenida Barbosa du Bocage e a Rua Fialho Almeida, no Bairro do Areias. Em 28 de setembro de



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

SA
P
H

2015, coloquei novamente a questão e hoje, esperando que seja a última questiono novamente. Para quando a resolução deste problema? Será que é necessário haver algum azar, com dezenas de estudantes que ali passam todos os dias, para que a Câmara Municipal tome providências? ----- Solicito ainda, que o executivo municipal, vede os lotes de terreno, que ali se encontram por construir, para que não seja um ponto de passagem. ----- Última questão, constata-se que as empresas de telecomunicações, não estão a pagar taxas de construção e instalação de cabos, no solo e subsolo. ----- Pergunto, caso não paguem, quais os valores em causa e o motivo?" -----

O senhor **Deputado Municipal – Pedro Caria (PSD)**, no uso da palavra, disse: “Queria um comentário do senhor Presidente da Câmara Municipal do Montijo, sobre o índice de transparência municipal, de que tanto se fala e que tem sido enfatizado de que os municípios Montijo e Santiago do Cacém, são os mais bem classificados do Distrito de Setúbal. Não salientando que o município do Montijo, desceu de um ano para o outro cerca de 47 lugares ou seja de 27º para 74º, no ranking nacional, acrescentando que também é preocupante, que o item que mais contribuiu para esta descida tenha a ver com a contratação pública. Afinal se calhar não somos os melhores, porque baixámos significativamente.” -----

O **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra respondeu às questões suscitadas pelos senhores deputados municipais: “Quanto à questão da existência de um lençol de água na Rua José Joaquim marques, chamado o corredor verde da Mundet, é um corredor associado a uma série de valas de



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H

drenagem superficial, que quando chove e coincide com maré cheia, cria vários problemas naquela estrada, é uma situação conhecida e já acontece há vários anos e evidentemente teremos que desenvolver uma obra para a passagem das águas, como aliás fizemos no Pocinho das Nascentes. -----

Quanto à situação da avenida Maestro Jorge Peixinho e poder voltar para a Rua da Aldeia Velha, essa questão está a ser estudada e ainda não temos uma situação concreta, está a ser avaliado pelos técnicos a possibilidade de vir a ser proibido de voltar à esquerda em frente à farmácia, quem vem da avenida Maestro Jorge Peixinho e existir a obrigatoriedade de viragem à direita, e dar a volta à rotunda da Izidoro, para permitir uma melhor circulação e segurança rodoviária.” -----

Quanto ao terreno junto ao campo da bola e a possibilidade de fazer dali um parque de estacionamento, em dias de jogos, esse parque também não chegaria, porque aquela zona envolvente fica lotada de carros, agora, o parque de estacionamento do Pingo Doce também vem dar uma ajuda. -----

Quanto ao terreno do Branco & Branco, realmente foi a leilão, agora temos que aguardar para que o processo seja concluído, a remoção será acompanhada pela nossa fiscalização e também vai existir envolvimento de outros organismos do Governo. Como sabemos aquele espaço esta desconforme com o nosso PDM. -----

Quanto às questões proferidas pelo deputado Sérgio Vasco, da Câmara Municipal do Montijo não existir atratividade, obviamente que os números mostram exatamente o contrário. Só o Pingo Doce criou 70 postos de trabalho diretos, a STEC aumentou durante o ano de 2015 a produção e criou mais postos de trabalho, a CARMONTI que teve um acidente grave e voltou a ser



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'M. G.' and a checkmark below it.

recuperada, aumentou também o número de postos de trabalho. Durante este mandato temos criado postos de trabalho e estamos a falar de um contexto de dificuldades, não nos podemos esquecer que o Governo do PSD/CDS criou graves problemas à economia portuguesa. -----

Quanto ao aeroporto, nós não sabemos quando vai avançar, isso é uma decisão do Governo e em relação à assinatura do Memorando, o Memorando não fala sobre a compatibilidade da cidade do Montijo, com o próprio aeroporto e isso obviamente o Presidente da Câmara nunca poderia assinar, porque já disse não o Memorando não contém uma linha sobre esse aspeto e a não assinatura teve a ver com este aspeto concreto. Quando o Memorando falar e garantir à cidade do Montijo a compatibilização da sua localização e do funcionamento da cidade, assinaremos o Memorando. Tudo isto foi transmitido ao anterior e ao atual Governo. -----

Quanto à intervenção feita pela senhora Tesoureira da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, estamos a tratar com a freguesia a maior parte e temos que deixar executar o orçamento deste ano, para termos as questões garantidas. Informar também que iremos iniciar brevemente o asfaltamento da Rua Fernando Pessoa, em Sarilhos Grandes, que também há muito tempo é reivindicado pela população. A orla ribeirinha, o património arquitetónico e também a obra prevista em PDM – Plano Diretor Municipal, ou seja, a alternativa à Estrada Nacional 11, são também questões que nos preocupam bastante e obviamente estão consideradas na nossa proposta de modelo territorial para a revisão do PDM, sendo que, tudo isto foi consensualizado com a própria freguesia. -----

Quanto às questões colocadas pelo senhor Deputado Francisco Cordeiro, é uma



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata
L
H

questão que está a ser resolvida. Quanto ao pagamento das taxas das telecomunicações, o Município do Montijo não aplica essa taxa, foi uma opção política que tivemos desde sempre, porque essa taxa é paga diretamente por cada um dos munícipes e achamos por bem que isso deveria ser um custo interiorizado pelas empresas. Vamos continuar com esta opção política, com a perda de receita, mas com benefícios para todos os munícipes. -----

Quanto à questão do senhor deputado Pedro Caria, existem duas questões que atenuam. Porque em 2014 nem todos os municípios do país estavam a ser avaliados, começou por ser em 2013, por um grupo restrito de municípios, alargou em 2014 e só em 2015 foram avaliados os 308 municípios. Mas, o município do Montijo apesar de ter descido os 47 lugares, passou no distrito de Setúbal de 2º lugar, para 1º lugar e passamos também para 3º lugar na AML – Área Metropolitana de Lisboa. O que interessa aqui não é a classificação relativa entre cada município, o que nos parece relevante é que o índice objetivo e quantitativo da avaliação do município do Montijo é sempre crescente. Em 2013 tivemos uma avaliação de 38%, em 2014 uma avaliação de 52,2% e temos agora uma avaliação de 56,18%, isto quer dizer que estamos a evoluir na qualidade da informação e na transparência.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse: “Saiu no jornal uma notícia e eu também estava presente na reunião de câmara e ouvi, que a sugestão da vinda do Metro à superfície feita pelo senhor Presidente da Câmara, foi feita como se fosse sua. Como é que pode dar uma sugestão a algo que já existia? Fazia parte do projeto do PEDEPES – Plano Estratégico da Península de Setúbal e que tinha sido presente aos Governantes.



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
H

Porque quem tivesse a ler o jornal parecia que era uma sugestão do senhor Presidente da Câmara. -----

Também quero mais uma vez reafirmar, que a CDU não é contra o aeroporto no concelho do Montijo, porque Canha é concelho do Montijo, o aeroporto nacional em Canha é a melhor opção, que serve os interesses deste concelho e deste país. Aliás, posição nacional do PS, até este momento, que eu saiba. -----

Sobre o congelamento das rendas, eu estou de acordo com o que o senhor Presidente da Câmara falou, sobre as taxas, mas o que quis dizer, foi que quando o senhor Presidente trouxe aqui uma proposta das rendas, o senhor Presidente chamou congelamento e eu na altura o que disse e digo hoje novamente, é que o senhor Presidente congelou depois de ter feito um aumento em relação ao passado. -----

A última nota é sobre a falta de resposta por parte do senhor Presidente, à questão colocada sobre a ligação da ponte de Sarilhos Grandes a Sarilhos Pequenos, de modo a circular peões e veículos. Esta questão também foi colocada na AMUT por um munícipe, para quando iria avançar a obra. -----

A senhora **Deputada Municipal – Ana Filia Mota (PSD)**, no uso da palavra, apresentou a seguinte questão: -----

“Considerando que no passado dia 5 de fevereiro de 2016, foi publicada a notícia, no Jornal Diário da Região, não desmentida, admitindo a possibilidade da expansão para o Montijo da linha de Metro do Sul do Tejo; -----

Considerando que este tema articulados com outros é de interesse estratégico para o nosso concelho; -----

Perguntamos a V. Exa, o seguinte: -----

A4
E
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- a) A oportunidade do tema, porquê nesta data? -----
- b) A iniciativa política pertence ao Governo ou à Câmara? -----
- c) Foi cabimentada no Orçamento Geral do Estado, alguma verba para o desenvolvimento de estudos e do projeto? -----
- d) Qual o pensamento político e estratégico que suporta esta ação, designadamente na articulação com o novo aeroporto, nova travessia do Tejo e futura ligação rodoviária dos concelhos do Arco Ribeirinho? -----
- e) Quais as iniciativas e ações a encetar futuramente pela Câmara e pelo Governo?" -----

O senhor **Deputado Municipal – José Ferra (CDU)**, no uso da palavra, em resposta ao Senhor Presidente da Câmara, disse: “Em relação à Rua José Joaquim Marques, sobre o lençol de água, não se trata de maré cheia ou maré vazia e porque por acaso naquele dia, a maré até estava vazia. Trata-se de desnivelamento entre as duas valas e aquela parte onde está a paragem do autocarro é uma baixa e os escoadores que lá existem não cumprem as suas funções, porque estão mais altos. -----

Em relação à Avenida Maestro Jorge Peixinho, senhor Presidente eu nem quero acreditar no que estou a ouvir, então agora vai colocar um sentido proibido de voltar à esquerda? Na Rua da Aldeia Velha existem dois infantários e aquela rua só tem um sentido, percebam a dificuldade em ir deixar e ir buscar as crianças, com essa opção ainda vai criar mais problemas aos munícipes. -----

As avenidas não são autoestradas, as avenidas podem e devem ter interseções, como é o caso no Montijo da Avenida dos Pescadores, a Avenida 25 de Abril, a Avenida Luís de Camões. Justifica-se então senhor Presidente, que aquela não

AVP
OK



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tenha e que a interseção que é feita neste momento, seja feita em cima das
passadeiras? -----

Em relação ao terreno do Branco & Branco, já ontem era tarde para a
fiscalização ter atuado.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Sérgio Vasco (PSD)**, no uso da palavra, disse:
“O senhor Presidente não respondeu à minha questão, mas torno a colocar a
questão agora mais concreta. Eu perguntei ao senhor Presidente da Câmara se o
Montijo criava oportunidade de emprego e você respondeu-me com o PINGO
DOCE, com a STEC e com a CARMONTI. Mas nada disto foi criado com a ajuda
da Câmara Municipal, o que é que a Câmara Municipal do Montijo criou a nível
de emprego, desde o início do seu mandato? Quantas lojas comerciais abriram
no Montijo, quantos restaurantes, hotéis ou lojas de serviço? E ao nível da
indústria? Onde está um Pólo Industrial? -----

Em relação ao aeroporto, o que se diz é que o senhor Presidente da Câmara,
para assinar o Memorando quer quase uma cidade nova. -----

Se não conseguiu captar comerciantes para o Mercado Municipal, como é que
vai conseguir captar para a cidade do Montijo?” -----

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra respondeu às
questões suscitadas pelos senhores deputados, disse: “Em relação à questão
colocada pelo senhor Deputado Avelino Antunes, o que eu disse em sarilhos
Grandes, relativamente à ligação pelo Moinho de Maré de Sarilhos Grandes, a
Câmara Municipal opta como sempre optou por uma passagem pedonal, aliás
essa indicação foi discutida, com o executivo da Junta de Freguesia no local,



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H

quando fizemos a visita à freguesia. O que eu disse no local, foi que a Câmara Municipal do Montijo e eu próprio, enquanto Vereador, na altura, fomos junto da câmara Municipal da Moita, apresentar uma solução viária alternativa àquela, mais a montante da vala. Não na zona da Estrada Nacional 11, mas entre a Estrada Nacional 11 e o pontão. Porque sempre quisemos afastar desta zonas mais sensível os veículos automóveis. -----

Quanto às palavras que proferi sobre o Metro, as palavras podem ter sido mal interpretadas, o que falámos com o senhor Ministro, foi reavivar a questão do Metro, não é uma questão nova. Nós já tínhamos colocado essa questão, numa Moção que apresentámos à Câmara Municipal, no sentido de ir ao encontro do acolhimento do aeroporto civil, na Base Aérea nº 6 e que a CDU votou contra. – Em relação à Escola profissional do Montijo, eu já referi o apoio que a Câmara Municipal pode dar à Escola Profissional, agora para perceberem o que eu disse, precisamos de saber como funciona a Escola Profissional, se a senhora Deputada Ana Filipa Mota, sabe como funciona a escola, não faz sentido a sua pergunta. -----

Quanto à questão do Deputado Sérgio Vasco, pode-se fazer uma lista extensa, sobre o que abriu, ainda bem há pouco tempo veio para o Montijo um laboratório de análise de água, e que é único em Portugal. A criação de emprego tem a ver com investimento e com a atividade privada, nós criamos emprego público. Não existe um Pólo Industrial de iniciativa camarária, porque esses espaços são privados e estão sujeitos à Lei dos Mercados. Quanto à questão de captar comerciantes, felizmente temos vindo a ter maior abertura de lojas.” -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'M. P.' followed by a flourish.

O senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco (BE)**, no uso da palavra, apresentou uma **PROPOSTA** à Mesa, cujo teor se transcreve: “Que seja criado um Grupo de Trabalho e que seja realizada uma reunião de representantes, onde seja pedido a presença do senhor Presidente da Escola Profissional do Montijo, para que se possa esclarecer toda a situação.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “Tivemos aqui a discutir problemas importantes, mas quando nós não percebemos o problema, não temos respostas. -----

Relativamente à APFPDM – Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo, a questão é muito simples, ´precisa de uma alteração de estatutos, que eu deixei preparada quando saí da Câmara Municipal, consensualizada com o senhor Professor João Martins. E porquê? Porque há um antes, até 1 de janeiro de 2013, e há um depois de 1 de janeiro de 2013. Com a Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, que é o Regime Jurídico do setor Empresarial Local, este regime jurídico e a nova Lei das Finanças Locais, obriga à consolidação de contas, onde os municípios tenham participação e o município do Montijo tem uma participação de leão, na Escola Profissional do Montijo. É a Câmara Municipal que nomeia ou exonera o Conselho de Administração. -----

A Associação tem a Escola Profissional, como pode desenvolver múltiplas atividades, porque é uma associação de desenvolvimento local. -----

Mas, centremo-nos no problema, a Câmara Municipal do Montijo tem que tomar uma, de duas decisões, ou mantém a atual estrutura e tem naturalmente que tratar financeiramente a associação, porque a associação como está não



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA E
H

consegue gerar recursos para continuar. -----

A Associação fez uma parceria com a Câmara Municipal para o Plano Estratégico, onde tem duas pessoas e envia para lá 1.800, 00€ por mês. Portanto, a Câmara Municipal pode ficar acionista, sócia, com 51% do capital e os 49% são de outras entidades, empresas, que queiram associar-se. -----

Esta proposta não veio à Assembleia Municipal em 2013, porque estávamos em campanha eleitoral e não era uma boa altura. Já agora, aproveito para esclarecer, que eu quando saí da Câmara Municipal, também deixei uma proposta de estratégia para o Plano Diretor Municipal, eu tenho uma cópia comigo. Não podemos andar a brincar e colocar os outros em causa. -----

Mas continuando, quem elege os órgãos sociais, é a Assembleia Geral, na qual a Câmara Municipal participa e tem duas hipóteses, ou fica com 51% e deixa de obrigar a Escola Profissional à contratação pública, porque é uma empresa privada, ou fica com 49%, mas aqui atenção, o património da Escola Profissional, que é muito importante e que teve o apoio da Câmara Municipal, tem que ser salvaguardado. Estas são as questões, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal têm que decidir, se altera os estatutos e se é a Assembleia Geral que passa a decidir e a eleger os órgãos de gestão ou se continua assim. Esta é a questão de fundo. Senão forem alterados os estatutos da Associação a Escola "morre". -----

A sugestão do senhor Deputado Cipriano Pisco, do BE, é excelente. -----

Frisar ainda que, 18 anos depois voltamos a falar no aeroporto e metro sul do tejo, como se fosse uma coisa recente. Lembrar, e, estavam cá alguns deputados, como o Avelino Antunes, que aeroporto que na altura era Ota ou Rio Frio e que em 1999 veio a ser decidido para a Ota, na minha primeira sessão



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM 
H

da Assembleia Municipal, em fevereiro de 1998, o deputado do PSD, Artur Torres Pereira, que tinha sido candidato à Assembleia Municipal, colocou-me algumas questões, entre elas, o que é que eu já tinha feito sobre a proposta, que tinha sido aprovada na Assembleia da República por unanimidade, para estender o metro sul do tejo até ao Montijo e Alcochete. -----Como eu tinha estado na Assembleia da República, até 5 de janeiro de 1998, e em 1997 quando se votou o Orçamento de Estado para 1998 e os estudos do metro sul do tejo eram para ir apenas até ao concelho do barreiro, na sua 3ª fase que ainda está por concluir e houve uma proposta aprovada por unanimidade, para que figurava-se uma verba de 50 mil contos, que contribui-se para promover os estudos para que o metro viesse até ao Montijo e Alcochete, e não ficasse só até ao Barreiro. Para esclarecer, o concurso do metro foi lançado em 1999, a obra foi adjudicada no tempo do Dr. Durão Barroso e foi inaugurada em 2006 ou 2007, a 1ª fase. Na altura falava-se do aeroporto Rio Frio ou Ota, houve duas Moções nesta Assembleia, uma da CDU, apresentada pela deputada Alice Carregosa e outra do PSD, apresentada (salvo erro) pelo deputado Jacinto Pereira. -----E agora quando é suscitada de novo a questão do metro sul do tejo, parece ideia de agora, não é de todo uma questão nova, tem “barbas”, tem 18 anos. ---É bom que o rigor dos factos seja apurado e nesta matéria de mobilidade e das infraestruturas, há que definir se a gente quer a ligação Barreiro/Montijo/Seixal, pela via rodoviária ou se quer a ligação pelo metro sul do tejo, agora tudo junto e ao molho, é que não dá. -----Peço desculpa, por ter usado da palavra desta forma, mas, é preciso identificar os problemas para se



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
H

encontrarem as soluções e é preciso ir aos factos da história. Isto já passou na Assembleia da República e nesta Assembleia Municipal, tem 18 anos.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse: “Queria solicitar a senhora Presidente da Assembleia Municipal, para que facultasse o documento sobre a proposta de estratégia do PDM, que atrás referiu, uma vez que isso é muito importante para nós.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, respondeu: “Eu quando saí da Câmara Municipal levei um disco com um conjunto de informação, vou verificar se tenho este documento. Mas quero esclarecer, que era um documento que abordava a metodologia da estratégia a seguir para elaboração do PDM, não era uma proposta de PDM. Não é a mesma coisa. O que me foi presente pela equipa da revisão do PDM, em abril ou maio de 2013 e que eu decidi não colocar à discussão, porque íamos entrar em campanha eleitoral e a campanha eleitoral não é boa conselheira nestas questões estratégicas. -----

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, disse: “Relativamente à Escola Profissional, existe uma questão que tem a ver com a alteração de estatutos e que há uma ambição de algumas pessoas de tornar a Escola Profissional menos dependente da Câmara Municipal e evidentemente que nós não partilhamos. Porque é um património que nós temos, um património importante na decisão das questões que tem a ver com o ensino profissional no Montijo. Estamos disponíveis para discutir com todos os senhores deputados. No fundo a alteração de estatutos era dizer que a Câmara



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AVA
M

Municipal do Montijo, deixava de nomear o Conselho de Administração e perdia a influência e património e isso a Câmara Municipal do Montijo, não o fará. -----

Quanto à questão do metro sul do Tejo, quero clarificar, que nós efetivamente não dissemos nada de novo, o que dissemos foi que fazia sentido neste momento, que a 3ª fase do metro sul do Tejo pudesse chegar como elemento de reforço de transporte público, caso venha a Base Aérea nº 6 a ser decisão tomada pelo Governo. -----

Quanto ao documento estratégico do PDM, que a senhora Presidente referiu, eu também solicito à senhora Presidente da Assembleia Municipal que nos envie à Câmara Municipal, esse documento, porque nós não o conhecemos.” ---

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “Se o senhor Presidente da Câmara, quer discutir as questões nestes termos, então discuti-la-emos. Eu não deixo que a minha honra e a minha competência sejam colocadas em causa. Portanto, o responsável na altura do Departamento de Administração Urbanística, arquiteto Luis Pedro Cerqueira, deixou lá também e entregou uma proposta. Os papéis não desaparecem, só se as pessoas quiserem que desapareçam. A informação que tive e que tenho, é que lhe foi entregue uma proposta, senão foi, alguém está a mentir. Isto é muito grave. -----

Isto é como o senhor Presidente da Câmara dizer, que no ano passado a Revisão do PDM prosseguiu com uma nova Comissão de Acompanhamento, quando isso não é verdade. Não há nova Comissão de Acompanhamento do PDM, a Comissão é a mesma de 2011, temos que ser rigorosos e sobretudo em matérias que exigem ponderação, conhecimento, reflexão, discussão e concertação.” -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
L
H

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, disse: “Eu já em algumas reuniões atrás esclareci esta questão, que tem a ver com a segunda Comissão de Acompanhamento. Nós tivemos uma primeira Comissão de Acompanhamento, que por força do tempo que levou a Revisão, caiu. Depois, tivemos uma segunda nomeação da Comissão de Acompanhamento, por isso, nós estamos hoje, perante uma segunda Comissão de Acompanhamento, conforme se pode verificar nos documentos e não à aqui nenhuma adulteração de informação. -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “Essa Comissão de Acompanhamento foi constituída em 2011 e numa ata em 2015 o senhor Presidente diz que prosseguiu a Revisão com uma nova Comissão. Não é nova é velha e também já tem “barbas”. -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, informou que tinham para **admitir e votar**, uma Moção e uma Proposta. -----

Assim, procedeu-se à votação para **admissão** dos supracitados documentos, tendo os mesmos sido **admitidos por unanimidade**. -----

Seguidamente, procedeu-se à **discussão e votação**, tendo os mesmos obtidos as seguintes deliberações: -----

MOÇÃO apresentada pela CDU – Dia Internacional da Mulher (8 de Março)



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
H

VOTAÇÃO: Aprovada por Unanimidade. -----

PROPOSTA apresentada pelo BE – Escola Profissional do Montijo

A senhora **Deputada Municipal – Ana Filipa Mota (PSD)**, no uso da palavra, disse: “ A proposta apresentada pelo BE, deveria ser em Conferência de Representantes.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco (BE)**, no uso da palavra, disse: “Eu concordo, retiro o Grupo de Trabalho.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse: “Esta questão não deveria ser reduzida a Conferência de Representantes, deveria ser em reunião extraordinária.” -----

VOTAÇÃO: Aprovada por Unanimidade. -----

Seguidamente a senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, informou que a **ORDEM DE TRABALHOS** tinha para apreciação e votação os pontos abaixo mencionados: -----

PONTO UM - Discussão e votação da proposta da Mesa n.º 01/2016 – “Eleição de quatro representantes da Assembleia Municipal para integrar a CPCJ do Montijo”; -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
Re
M

PONTO DOIS - Discussão e votação da proposta da Mesa n.º 02/2016 – “Alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança; Eleição de representante”; -----

PONTO TRÊS - Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal n.º 855/2015 – “Recrutamento por tempo indeterminado de pessoal para a carreira/categoria de Assistente Operacional (cantoneiro de limpeza)”; -----

PONTO QUATRO - Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal n.º 865/2015 – “Abertura de Procedimento Concursal para a carreira/categoria de Assistente Operacional (pessoal não docente) para a constituição de reserva de recrutamento”; -----

PONTO CINCO – Informações do Exmo. Senhor Presidente da Câmara sobre a **Atividade Municipal**, prestadas nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

A Ordem de Trabalhos foi aprovada por unanimidade. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM - Discussão e votação da proposta da Mesa n.º 01/2016 – “Eleição de quatro representantes da Assembleia Municipal para integrar a CPCJ do Montijo”; -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“A Lei nº 147/99 de 1 de setembro, Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, reorganizou as até então Comissões de Proteção de Menores, adaptando o seu funcionamento. A lei criou duas comissões que denomina de Comissão restrita uma de Comissão Alargada outra. Na modalidade da Comissão Alargada devem fazer parte quatro cidadãos eleitores preferencialmente de especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área de Crianças e Jovens em perigo”, designados pela Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal do Montijo na sua segunda reunião da quarta sessão ordinária realizada em 28 de setembro de 2012, elegeu dois representantes e na sua reunião de 28 de abril de 2014, elegeu mais dois representantes. Até agora o mandato destes representantes era de dois anos, podendo ser reeleitos. ----- Com a recente alteração da Lei nº 147/99 pela Lei nº 142/2015, de 8 de setembro a Comissão Alargada mantém os seus quatro representantes da Assembleia Municipal, sofrendo contudo alterações quanto ao funcionamento da Comissão Alargada. Determina agora a lei no seu artigo 19º que a Comissão Alargada deve reunir, no mínimo mensalmente, e que os representantes desta Comissão dispõem de oito horas mensais, a integrar o período normal de trabalho. Trata-se, de acordo com ao artigo 25º, de serviço público obrigatório, sendo considerado para todos os efeitos como serviço na profissão de atividade. Todavia, importa referir que relativo a estas matérias não há ainda informação disponível quanto aos seus procedimentos e que entidade suporta os custos destes tempos. A lei alterou ainda a duração do mandato, passando a ter a duração de três anos renovável por duas vezes, o que perfaz um limite de nove anos, sendo que antes desta alteração o limite era de seis anos. ----- Em reunião realizada com a Presidente da CPCJ do Montijo, em 21 de dezembro



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
P
H

de 2015, a sua solicitação, um dos pontos abordados na reunião foi o da eleição dos representantes da Assembleia Municipal. De facto, face ao regime da lei anterior, o mandato dos eleitos em setembro de 2012, por dois anos, já terminou e os mandatos dos dois eleitos, em abril de 2014, também por dois anos, irá terminar no próximo mês de abril. -----

Da análise efetuada e dos contactos realizados com todos os atuais representantes na CPCJ, com a Senhora Vereadora Maria Clara Silva, ouvida a Conferência de Representantes dos Grupos Municipais da Assembleia Municipal do Montijo, entende-se que a situação ficará cabalmente clarificada, procedendo à eleição de quatro novos membros a integrar a Comissão Alargada da CPCJ do Montijo em representação da Assembleia Municipal do Montijo. ----

Neste quadro, nos termos da alínea k), do nº 2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e para os efeitos do disposto no artigo 17.º, nº 1, alínea l), da Lei nº 147/99, de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 142/2015, de 8 de setembro, a Mesa da Assembleia propõe: -----

A eleição de quatro representantes para integrar a referida Comissão da CPCJ.” -

Sobre a matéria, a assembleia municipal enviou informação escrita, a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 29º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, informação, essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
F
H

DELIBERAÇÃO: Aprovada por voto secreto. Alexandre Miguel Gastinho Quendera, com 22 votos sim e 1 voto não; Célia de Fátima Sequeira Martins, com 23 votos sim; Joaquina Maria Tapadinhas Pires Salpico, com 23 votos sim; e José Henrique Patarra, com 21 votos sim e 2 votos não. -----

PONTO DOIS - Discussão e votação da proposta da Mesa n.º 02/2016 – “Alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança; Eleição de representante”; -----

“O Conselho Municipal de Segurança foi criado pela Lei nº 33/98, de 8 de julho. O Regulamento do Conselho Municipal de Segurança foi aprovado em reunião da Assembleia Municipal de Montijo realizada em 24 de fevereiro de 2000, mantendo-se em vigor desde então. -----

A composição do Conselho Municipal de Segurança integra representantes designados pelas entidades públicas e privadas que constam na lei, em sua representação. Integram também o Conselho cidadãos de reconhecida idoneidade. -----

O Conselho Municipal de Segurança do Montijo realizou a sua primeira reunião em 21 de janeiro de 2000, com os membros não eleitos. A Assembleia Municipal do Montijo elegeu cinco representantes na sua sessão realizada em 07 de julho de 2000, que passaram então a integrar o Conselho. -----

O Conselho reuniu regularmente ao longo dos anos subsequentes, mantendo-se inalterável a sua composição, quer das entidades previstas na lei, membros não eleitos, quer dos eleitos pela Assembleia Municipal. -----

Na sessão da assembleia municipal realizada em 19 de abril de 2011, procedeu-se à eleição de um novo membro para substituir a Dra. Nelsa Arroja, que a seu



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
P
H

pedido deixou de poder integrar o Conselho. -----

A Lei nº 33/98, de 18 de julho, veio agora a ser alterada pela Lei nº 106/2015, de 25 de agosto. As alterações dizem respeito aos objetivos do Conselho, suas competências e sua composição, conforme dispõe os artigos 3º, 4º e 5º, respetivamente. -----

Assim, torna-se pois, necessário proceder à alteração do regulamento com vista a introduzir as alterações legais. Igualmente, importa proceder à eleição de representante. Na verdade, tendo falecido recentemente o Dr. José Correia Leite, dever-se-á proceder à sua substituição, não sem deixar aqui a título póstumo, uma palavra de reconhecimento em sua memória, pelo seu empenho, disponibilidade, e contributo no Conselho Municipal de Segurança do Montijo, mas também pela dedicação e amor que sempre dedicou à sua terra. -----

Neste quadro, nos termos do nº 2, alínea i), do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e para os efeitos, do artigo 5º, alínea j), da Lei nº 33/98, de 18 de junho, com as alterações da Lei nº 106/2015, de 25 de agosto, a Mesa da Assembleia Municipal, propõe: -----

1. Alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, conforme proposta anexa; -----
2. Eleição de um membro para integrar o Conselho Municipal de Segurança.” -----

Sobre a matéria, a assembleia municipal enviou informação escrita, a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 29º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, informação, essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata
H

se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

Relativamente à supracitada proposta a senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, fez o seguinte enquadramento: -----

“Os Conselhos Municipais de Segurança foram criados pela lei nº 33/98, de 18 de julho. -----

O Conselho Municipal de Segurança do Montijo tomou posse perante a assembleia Municipal, no dia 29 de setembro de 2000. -----

O regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança foi aprovado em reunião de 23 de abril de 1999. Sobre esta versão provisória do regulamento deliberou o Conselho Municipal de Segurança propor alterações na sua primeira reunião realizada a 21 de janeiro de 2000, tendo sido aprovado o Regulamento Definitivo na Assembleia Municipal em 24 de fevereiro deste mesmo ano. Entretanto, haviam tomado posse em 27 de dezembro de 1999 e 21 de janeiro de 2000 os membros não eleitos, previstos na lei, do Conselho Municipal de Segurança. Os membros eleitos pela Assembleia Municipal em número de cinco vieram a tomar posse em 29 de setembro de 2000, tendo a sua eleição ocorrido anteriormente em 7 de julho. -----

O Conselho Municipal de Segurança realizou as suas reuniões ao longo de anos, mantendo-se inalterável a sua representação, quer do ponto de vista da lei, quer dos eleitos pela Assembleia Municipal. Porém, pela impossibilidade de continuação manifestada por um dos seus membros eleitos, foi realizada nova eleição em 19 de abril de 2011, que manteve quatro dos seus membros e elegeu um novo membro. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata
21

A Lei nº 33/98, de 18 de julho, veio agora a ser alterada pela Lei nº 106/2015, de 25 de agosto. As alterações reportam-se aos objetivos do Conselho, às suas competências e à sua composição (artigos 3º, 4º e 5º, respetivamente). -----
Assim, o Conselho Municipal de Segurança deverá proceder à alteração do seu atual Regulamento, introduzindo, entre outras, as alterações decorrentes da lei, que vão ser apresentadas, discutidas e votadas pela Assembleia Municipal do Montijo.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Sérgio Vasco (PSD)**, no uso da palavra, apresentou uma **Proposta de Alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança**, que a seguir se transcreve: -----

Artigo 18.º - Duração do mandato

Os membros eleitos do Conselho são designados pelo período correspondente ao mandato autárquico.

Artigo 19.º - Substituição

1. O impedimento de qualquer representante que conduza à suspensão de funções ou vacatura de lugar determina a sua substituição.
2. Para efeitos do número anterior os membros eleitos, deverão ser indicados no prazo de 90 dias e comunicado por escrito ao Presidente do Conselho.

Artigo 20.º - Faltas

1. As faltas às reuniões devem ser justificadas, mediante comunicação escrita, no prazo máximo de 15 dias, dirigidas ao Presidente do Conselho.
2. As faltas não justificadas serão comunicadas à entidade ao qual o representante pertence.



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten initials and a signature in blue ink.

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade, com as alterações aos artigos 18.º, 19.º e 20.º. -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “A proposta engloba duas votações a Mesa vai retirar esta proposta, uma vez que não se estabeleceu consenso, relativamente ao cidadão a eleger pela Assembleia Municipal. Vamos fazer um esforço, no sentido de encontrar esse consenso, senão, votar-se-á as personalidades que aqui forem presentes pelas diversas bancadas. Com este fundamento a proposta é retirada.” -----

PONTO TRÊS - Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal nº 855/2015 – “**Recrutamento por tempo indeterminado de pessoal para a carreira/categoria de Assistente Operacional (cantoneiro de limpeza)**”; -----

“Considerando as carências de pessoal da carreira/categoria Assistente Operacional na Higiene Urbana; -----

Considerando a necessidade de se proceder à substituição de um trabalhador que se aposentou e que constava no anexo I do Acordo de Execução do Município com a União das Freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro-Jardia; -----

Considerando a necessidade de se proceder à substituição de dois trabalhadores afetos à Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, um ao abrigo do acordo de execução celebrado pelo Município e Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes e outro através de um acordo verbal entre as partes, por motivo de conflito pessoal; -----

Considerando as restrições da legislação em vigor em matéria de recrutamento



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA ✓
H

de pessoal por tempo indeterminado; -----

Considerando que as funções a desempenhar são essenciais ao regular funcionamento do serviço prestado e que é imprescindível à população; -----

Considerando que a abertura de um novo procedimento concursal comum e seu desenvolvimento acarreta um conjunto de despesas associadas (avisos para publicação DR, aviso para publicação em jornal de expansão nacional, envio de notificações para candidatos, entre outros); -----

Considerando que na reunião de Câmara de 2014/04/16 e pela Assembleia Municipal de 2014/06/23, foi aprovada por unanimidade, em ambas, a proposta n.º 198/2014 referente à abertura de um procedimento concursal por tempo indeterminado para a carreira/categoria de Assistente Operacional (cantoneiro de limpeza); -----

Considerando que esse mesmo procedimento concursal comum (ref.ª D do aviso n.º 9087/2014, publicitado no DR 2.ª série - N.º 151 - 7 de agosto de 2014) foi aberto com a possibilidade de se constituir uma reserva de recrutamento, ao abrigo do n.º 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação atual; -----

Considerando que na lista de ordenação final ainda se encontram 19 candidatos, que poderão ser contactados, pela ordem em que ficaram ordenados, até preenchimento das vagas; -----

Considerando que nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 47.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31/12, a autarquia nos últimos 3 anos, tem vindo a reduzir o seu número de trabalhadores. Segundo dados do Balanço Social encontravam-se ao serviço a 31 de dezembro do respetivo ano, o seguinte número de trabalhadores: -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials in blue ink.

Ano	N.º Trabalhadores ao serviço a 31 de dezembro
2012	815
2013	798
2014	790

Considerando o disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 47.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31/12, a questão da impossibilidade de ocupação dos lugares por pessoal com RJEJ previamente constituída já foi acautelada no desenvolvimento do anterior procedimento concursal comum, estando a reserva de recrutamento desse mesmo procedimento em vigor, e cumprindo-se rigorosamente com as obrigações legais em vigor. Para além disso, a legislação em vigor prevê que o recrutamento se possa efetuar mediante procedimento concursal ou reserva de recrutamento, e na presente situação é possível recorrer à reserva de recrutamento e desta forma evitar custos adicionais para a autarquia. Relativamente à consulta à Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, as autarquias estão dispensadas, de acordo com o despacho do Secretário De Estado Da Administração Local em 15 de julho de 2014; -----

Considerando o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 47.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31/12, e dado que o processo administrativo tendo em vista o recurso à reserva de recrutamento não ficará concluído no presente ano civil, o encargo total encontra-se previsto no orçamento para o próximo ano. -----

Considerando o disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 47.º da Lei n.º 82-



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
P
M

B/2014 de 31/12, a autarquia cumpre rigorosamente e de forma pontual e integral, os deveres de informação previstos Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, através do preenchimento trimestral e semestral dos dados através do SIAL e os demais dados exigidos pela DGAL através da referida aplicação, no âmbito do Sistema de Informação e Organização do Estado (SIOE); -----

Considerando o disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 47.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31/12, a 2015/11/30 foi dado despacho favorável por parte da Sra. Vereadora Maria Clara Silva para o preenchimento dos postos de trabalho necessários a suprir as carências do serviço. -----

PROPONHO: -----

Que nos termos previstos no n.º 1 do art.º 4 do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, na redação atual, seja concedida autorização para recurso à reserva de recrutamento ativa do procedimento concursal comum da ref.ª D do aviso n.º 9087/2014, publicitado no DR 2.ª série - N.º 151 - 7 de agosto de 2014, para recrutamento e ocupação no máximo de **5 (cinco) postos de trabalho**, previstos no mapa de pessoal da Câmara Municipal de Montijo, para 2016, da carreira/categoria de **Assistente Operacional (cantoneiro de limpeza)**, para celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.” -----

Sobre a matéria, a assembleia municipal enviou informação escrita, a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 29º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, informação, essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature in blue ink and a checkmark below it.

se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

PONTO QUATRO - Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal nº 865/2015 – “**Abertura de Procedimento Concursal para a carreira/categoria de Assistente Operacional (pessoal não docente) para a constituição de reserva de recrutamento**”; -----

“Considerando a geografia do Concelho do Montijo e a sua descontinuidade territorial, que impossibilita a afetação de pessoal com residência nas freguesias de Montijo e Afonsoeiro, Atalaia e Alto Estanqueiro-Jardia, Sarilhos Grandes, Alcochete, Samouco ou Pinhal Novo para o Agrupamento de Escolas de Pegões, Canha e Santo Isidro; -----

Considerando que na reserva de recrutamento ativa para a carreira/categoria de Assistente Operacional (pessoal não docente) não existem candidatos com residência na área geográfica do Agrupamento de Escolas de Pegões, Canha e Santo Isidro; -----

Considerando a urgência inerente ao recrutamento de pessoal não docente necessário para assegurar o correto funcionamento dos serviços, sem colocar em risco o início e o decurso dos anos letivos; -----

Considerando que o presente procedimento concursal se destina à constituição de reserva de recrutamento para ocupação de necessidades futuras no referido agrupamento de escolas, não levando à imediata ocupação de postos de

AA
E
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

trabalho; -----

Considerando que a abertura do procedimento concursal apenas destinado a candidatos detentores de vínculo por tempo indeterminado com a Administração Pública, e com base na experiência dos últimos anos, levar à constituição de uma reserva de recrutamento diminuta e incapaz de dar resposta às necessidades do Município em assegurar os compromissos assumidos, nomeadamente: -----

Contrato de execução celebrado com o Ministério de Educação nas valências de 1.º, 2.º e 3.º Ciclos; -----

Acordo de cooperação no âmbito do pré-escolar celebrado com a DREL e o Centro regional de Seg. Social de Lisboa e Vale do Tejo/Serviço Sub-Regional de Setúbal; -----

Regulamento de funcionamento dos serviços de apoio à família nos jardins-de-infância da rede pública do concelho, o qual regula o funcionamento do serviço de complemento de horário e o serviço de alimentação nos jardins-de-infância, aprovado pela Assembleia Municipal; -----

Tabela de Ratios para o funcionamento dos refeitórios escolares, que integra o sistema de gestão de segurança alimentar da Câmara Municipal. -----

Considerando que a abertura do referido procedimento, com os fundamentos supra expostos, não põe em causa as prioridades legais na altura do recrutamento, sendo as mesmas cumpridas de acordo com o exigido nos n.º(s) 3 e 4 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20/06. -----

PROPONHO: -----

Que seja concedida autorização para a abertura do procedimento concursal



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
✓
V

comum, para constituição de reserva de recrutamento de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para ocupação de necessidades futuras no Agrupamento de Escolas de Pegões, Canha e Santo Isidro, na carreira/categoria de Assistente Operacional (pessoal não docente), conforme previsto na alínea b) do artigo 3.º da Portaria 83-A/2009 de 22 de janeiro, na sua redação atual, de acordo com o estabelecido nos n.º(s) 3 e 4 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20/06." -----

Sobre a matéria, a assembleia municipal enviou informação escrita, a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 29º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, informação, essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

PONTO CINCO – Informações do Exmo. Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, prestadas nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O senhor **Deputado Municipal – José Ferra (CDU)**, no uso da palavra, solicitou ao senhor Presidente da Câmara Municipal, através da Mesa, os seguintes



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA 

documentos: “O Protocolo celebrado entre o Município do Montijo e Construções Filipe & Marques, Lda., bem como o Contrato de Urbanização celebrado entre o Município do Montijo, Imoretalho – Gestão de Imóveis, S.A, e Construções Filipe & Marques, Lda, ambos outorgados em 20 de novembro de 2015.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “Quero ainda referir que o senhor Presidente da Câmara, não respondeu a três solicitações que lhe remeti. -----

1º A 13 de maio de 2015, que referia-se à publicação de um conjunto de estudos que ficaram pagos para publicar; -----

2ª A 21 de fevereiro de 2016, que referia-se a uma informação que tem a ver com o Decreto-Lei nº 165/14, do território do Montijo; -----

3ª 15 de fevereiro de 2016, referia-se a uma preparação de uma ação que nós temos agendada, sobre sistemas de segurança. -----

-Aguardamos as respostas, porque a cooperação e o respeito institucional tem que existir, isto não são questões pessoais.” -----

Seguidamente, foi a presente ata aprovada em minuta nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, por forma a produzir eficácia imediata. -----

Era uma hora e cinquenta e dois minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e dezasseis. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

E eu, *Joalquina Maria Azevedo Barbosa*, Assistente Técnica, da Assembleia Municipal, fiz lavrar a presente ata que subscrevo, juntamente com a constituição da mesa. -----

----- A Presidente da Assembleia -----

Maria Fecúlia Antunes

----- O 1º Secretário -----

Ricardo Rafael Pereira Reis Campos

----- A 2ª Secretária -----

Josefa do Amaral

